

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 16/07/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Promotor de Justiça do estado da Bahia**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recursos, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 31 e 58.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do MP-BA**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/950e3ff4-9bd6-4bd4-b9c8-d9ea2f41abd0>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/a08345db-93d4-419e-8c63-953c385301f9>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Vocês também poderão acompanhar todos os eventos através deste link:

[Gabarito Extraoficial - MP-BA \(estrategia.com\)](#)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA – MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA

QUESTÃO 01. Assinale a opção correta em relação às formas de Estado.

- a) Nos entes políticos menores dos Estados federados, há povo e território, mas não há poder, no sentido de uma ordem jurídica própria e aplicável desses entes.
- b) Nos Estados unitários, não há descentralização do poder e das funções estatais.
- c) Do ponto de vista jurídico, o território de um Estado é o domínio espacial no qual vige determinada ordem jurídica estatal.
- d) Na Federação, os entes menores possuem níveis mais reduzidos de soberania, que não podem colidir com a do ente nacional.
- e) Estados regionais são modalidades de Estados federados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta. Juridicamente, é correto afirmar que o território é a dimensão física e material em que o Estado poderá exercer sua soberania.

A alternativa A está incorreta. A principal característica da ordem federativa é a autonomia que os entes possuem, que encontra, inclusive, previsão constitucional expressa. Vejamos: “Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”.

A alternativa B está incorreta. No modelo de Estado Unitário o poder é, de fato, centralizado, entretanto as funções estatais podem ser descentralizadas. É denominada “descentralização administrativa”, em que a execução de serviços públicos e políticas públicas será descentralizada, sem, contudo, alterar a centralização política.

A alternativa D está incorreta. Entes menores possuem apenas autonomia, sendo dotados de capacidade para auto-organização e autogoverno, entretanto, apenas a República Federativa do Brasil é contemplada com soberania.

A alternativa E está incorreta. São modalidades de estados unitários, vez que as regiões não são dotadas de Poder Constituinte próprio, possuindo sua organização firmada em lei nacional. Tipicamente é verificado em países europeus.

QUESTÃO 02. Acerca da história das constituições brasileiras, assinale a opção correta.

- a) Emenda Constitucional n.º 1/1969, que alterou profundamente a Constituição de 1967, resultou de assembleia constituinte composta por parlamentares indicados pelo regime militar autoritário da época.
- b) O Brasil já teve uma Constituição considerada semirrígida, a de 1824, pois parte de suas normas podia ser alterada por leis infraconstitucionais.



c) Apesar de outorgada e à parte desse aspecto, a Constituição de 1937 é considerada, em linhas gerais, uma carta democrática.

d) A forma de convocação da assembleia nacional constituinte de 1987 foi juridicamente atípica, porque nasceu de um decreto do então presidente da República.

e) A primeira assembleia constituinte a produzir um texto constitucional adotado no Brasil foi a de 1823

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. A Constituição de 1824 (Constituição do Império) foi a única semirrígida adotada no Brasil, todas as outras, incluindo a de 1988, são rígidas.

A alternativa A está incorreta. Os Ministros Militares, autorizados a legislar, outorgaram a Emenda Constitucional aproveitando-se do recesso do Congresso Nacional.

A alternativa C está incorreta. A Constituição “Polaca” foi inspirada na Constituição fascista da Polônia, o que afasta qualquer ideia de democracia.

A alternativa D está incorreta. A convocação foi realizada por meio da Emenda Constitucional nº 26/85, e não por decreto.

A alternativa E está incorreta. O Imperador D. Pedro I dissolveu a assembleia constituinte, tendo rejeitado o anteprojeto constitucional de 1823.

QUESTÃO 03. No tocante à arguição incidental da inconstitucionalidade assinale a opção correta.

a) A proteção à coisa julgada atinge, via de regra, a declaração incidental de inconstitucionalidade de norma.

b) Ao receber do Supremo Tribunal Federal (STF) comunicação de julgamento incidental de inconstitucionalidade, o Senado Federal está obrigado a editar resolução suspendendo nacionalmente a eficácia da norma.

c) No controle incidental de constitucionalidade, o juízo pode reconhecer de ofício a inconstitucionalidade.

d) Na arguição incidental de inconstitucionalidade, a decisão judicial que a acatar deve registrar esse fato no dispositivo.

e) na declaração incidental de inconstitucionalidade, os efeitos para as partes, são ex nunc

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. No controle incidental de constitucionalidade, não é possível falar em coisa julgada, vez que não se trata do objeto delineado no processo.

A alternativa B está incorreta. O Senado não possui tal obrigação, conforme já foi decidido reiteradamente pelo STF. Vejamos: “Ademais, reconheceu que o Senado não estava obrigado a proceder à suspensão do ato declarado inconstitucional. Nessa linha de entendimento, ensinava o Ministro Victor Nunes: “(...) o Senado terá seu próprio critério de conveniência e oportunidade para praticar o ato de suspensão. Se uma questão foi aqui decidida por maioria escassa e novos Ministros são nomeados, como há pouco aconteceu, é de todo razoável que o Senado aguarde novo pronunciamento antes de suspender a lei. Mesmo porque não há



sanção específica nem prazo certo para o Senado se manifestar. (Reclamação n 4.335 Acre. Relator: Min. Gilmar Mendes, 20/03/2014)”.

A alternativa C está correta. No controle difuso de constitucionalidade, é permitido ao juiz reconhecer, até mesmo de ofício, a inconstitucionalidade. O STF já se manifestou nesse sentido: 2. Não se contesta que, no sistema difuso de controle de constitucionalidade, o STJ, a exemplo de todos os demais órgãos jurisdicionais de qualquer instância, tenha o poder de declarar incidentemente a inconstitucionalidade da lei, mesmo de ofício (STF, Pleno, AgRgAg n. 145.589-7-RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, j. 02.09.1993, m.v., DJU 24.06.1994, p. 16652-RTJ 153/684).

A alternativa D está incorreta. O fato é registrado em fundamentação, tanto é que não faz coisa julgada, por não ser objeto delimitado no processo.

A alternativa E está incorreta. Os efeitos serão *EX TUNC* (retroativos).

QUESTÃO 04. Em relação aos direitos sociais, assinale a opção correta.

- a) Os direitos sociais não se aplicam aos servidores públicos em razão do regime jurídico específico a que estes se subordinam.**
- b) Característica central dos direitos sociais é sua distância jurídica e axiológica do valor liberdade, o qual aqueles direitos tendem a restringir.**
- c) Certos direitos sociais podem vir a ser reconhecidos não necessariamente por previsão normativa expressa, mas em virtude de prestações estatais que se incorporam, com o tempo, ao patrimônio jurídico.**
- d) Os direitos sociais, em geral, para concretizar-se, demandam contraprestação de seus titulares.**
- e) A garantia dos direitos sociais exige apenas prestações positivas do poder público, não condutas negativas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Existe expressa previsão constitucional em sentido contrário. Vejamos: Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.”.

As alternativas B e D estão incorretas. Os direitos sociais estão relacionados à uma obrigação de desenvolver políticas públicas com objetivo de reduzir a desigualdade socioeconômica. Assim, são prestacionais, com status positivo e não demandam qualquer contraprestação do titular.

A alternativa C está correta. A própria Constituição utiliza a expressão, no art. 7º, “além de outros que visem à melhoria de sua condição social”. Existem, ainda, os direitos sociais implícitos, que não podem ser extraídos do texto legal, mas que se harmonizam com o ordenamento em razão de interpretação do texto e da conduta praticada pelo próprio Estado.

A alternativa E está incorreta. Os direitos sociais de defesa (resistência) exigem do Estado um dever de abstenção, para evitar ingerência na autonomia do indivíduo.



QUESTÃO 05. A respeito das ações constitucionais, assinale a opção correta.

a) São características da ação de mandado de segurança a admissibilidade limitada de produção probatória no curso do processo e a possibilidade de sua impetração contra autoridades públicas e privadas.

b) A ação de mandado de injunção é cabível tanto no caso de falta de norma regulamentadora de direito previsto na Constituição quanto no caso de ineficácia da norma regulamentadora, por obstáculos administrativos estatais.

c) O Ministério Público (MP) não tem legitimidade para ajuizar ação de habeas corpus.

d) A ação de habeas data cabe apenas contra agentes públicos, órgãos públicos e entes públicos.

e) A ação de habeas data pode ser promovida por herdeiros do titular da informação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O mandado de segurança não admite dilação probatória e só pode ser impetrado contra particular no exercício da atividade pública. Vejamos: “II - O mandado de segurança possui, como requisito inarredável, a comprovação inequívoca de direito líquido e certo pela parte impetrante, por meio da chamada prova pré-constituída, inexistindo espaço, nessa via, para a dilação probatória. (AgInt nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 52.834 - PR (2017/0002667-2))”

A alternativa B está incorreta. Não é cabível mandado de injunção em caso de ineficácia da norma, apenas em razão de sua inexistência. Vejamos: (...) o mandado de injunção não é o meio processual adequado para questionar a efetividade da lei regulamentadora. [MI 4.831 AgR, rel. min. Teori Zavascki, j. 29-5-2013, P, DJE de 28-8-2013.]

A alternativa C está incorreta. O STF sedimentou o entendimento que pode o MP ajuizar *Habeas Corpus* em favor de terceiro. Vejamos: “O Ministério Público dispõe de legitimidade ativa ad causam para ajuizar, em favor de terceiros, a ação penal de habeas corpus. O remédio processual do habeas corpus não pode ser utilizado como instrumento de tutela dos direitos do Estado. HC 69.889 diligência, rel. min. Celso de Mello, j. 2-2-1993, 1ª T, DJ de 1º-7-1993.] = HC 75.347, rel. min. Carlos Velloso, j. 3-12-1997, 1ª T, DJ de 6-3-1998).”

A alternativa D está incorreta. A lei 9507/97 determina que o requerimento de informação deve ser apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados, de forma que não existe qualquer necessidade de que estes tenham natureza pública. A informação é que deve possuir tal natureza. Vejamos o dispositivo legal em questão: “Art 1º (vetado); Parágrafo único. Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações. Art. 2º O requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de quarenta e oito horas.”

A alternativa E está correta. O STJ possui entendimento reiterado que os herdeiros, do titular da informação, serão legitimados a propor *Habeas Data*. Nesse sentido: “2. É parte legítima para impetrar habeas data o cônjuge sobrevivente na defesa de interesse do falecido. (HD 147/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2007, DJ 28/2/2008, p. 69) De forma geral, afirma o Ministro Og Fernandes em decisão monocrática que “Aos herdeiros ou ao cônjuge supérstite, admite-se a impetração do habeas data para a tutela de direito do de cujus, como a preservação da memória.” (STJ - HD: 382 DF 2020/0011276-5, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Publicação: DJ 10/03/2020)”



QUESTÃO 06. No que diz respeito à elegibilidade e à inelegibilidade, assinale a opção correta.

- a) A compreensão atual dos requisitos de elegibilidade admite candidaturas avulsas, isto é, de pessoas não filiadas a partido político.
- b) Por se tratar de restrição a direito fundamental, todos os casos de inelegibilidade estão expressamente previstos na Constituição Federal de 1988.
- c) As causas de inelegibilidade consistem em restrições ao direito fundamental de ser votado, de modo que a interpretação delas deve ser, como regra, restritiva, e não ampliativa.
- d) Em nenhuma hipótese, filho ou filha de governador de estado pode candidatar-se a cargo eletivo no mesmo estado durante o mandato do pai.
- e) A idade mínima de elegibilidade para os cargos de deputado de 18 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o Brasil não admite a existência de candidaturas avulsas. Isso porque a Constituição Federal exige, como um dos requisitos de elegibilidade, a filiação partidária, na forma do art. 14, § 3º: "São condições de elegibilidade, na forma da lei: (...) V - a filiação partidária;" No mesmo sentido é o Código Eleitoral: "Art. 87. Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos."

A alternativa B está incorreta, segundo dispõe o art. 14, §9º, da CF/88: "Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta." Assim, outros casos de inelegibilidade são previstos na Lei Complementar 64/90.

A alternativa C está correta, uma vez que a inelegibilidade consiste na existência de causas negativas que restringem o direito de exercer a capacidade eleitoral passiva, isto é, o direito de ser votado. Assim são as palavras de Jose Jairo Gomes (2012, p. 151), "denomina-se inelegibilidade ou ilegitimidade o impedimento ao exercício da cidadania passiva, de maneira que o cidadão fica impossibilitado de ser escolhido para ocupar cargo político eletivo. Em outros termos, trata-se de fator negativo cuja presença obs rui ou subtrai a capacidade eleitoral passiva do nacional, tornando-o inapto para receber votos e, pois, exercer mandato representativo." Logo, por se apresentarem como restrições ao exercício do direito, sua interpretação deve ser estrita.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 14, §º, da CF/88: "São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição." Portanto, se já titulares de mandato eletivo, os filhos e filhas serão elegíveis.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 14, §3º, VI, "c", da CF/88: " São condições de elegibilidade, na forma da lei: (...) VI - a idade mínima de: (...) c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;"

QUESTÃO 07. No que toca ao Poder Legislativo na Constituição do Estado da Bahia (CE/BA), assinale a opção correta.



a) É vedado aos deputados estaduais apresentar emendas no processo legislativo de proposições de iniciativa privativa do governador do estado.

b) Não cabe iniciativa popular de leis no processo legislativo regido pela CE/BA.

c) A CE/BA proíbe alteração do número de deputados da Assembleia Legislativa.

d) Em certas situações, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia poderá reunir-se em qualquer cidade do estado.

e) Em caso de urgência, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia poderá realizar mais de uma sessão ordinária no mesmo dia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. Trata-se do art. 67 da Constituição estadual. “Art. 67 - A Assembleia Legislativa, no primeiro ano da Legislatura, reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, para posse de seus membros e eleição da Mesa, para um mandato de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma Legislatura. § 4º - Por motivo de conveniência pública e deliberação da maioria absoluta de seus membros, poderá a Assembléia Legislativa reunir-se, temporariamente, em qualquer cidade do Estado.”.

A alternativa A está incorreta. A vedação se refere a emenda que contenha aumento de despesa. Vejamos: “Art. 78 - Não será permitida emenda que contenha aumento de despesas em projetos de: I - iniciativa privativa do Governador, salvo as exceções previstas na Constituição Federal e nesta Constituição;”.

A alternativa B está incorreta. A Constituição da Bahia previu, expressamente, a possibilidade de iniciativa popular no processo legislativo. Vejamos: “Art. 82 - É assegurado aos cidadãos o direito da iniciativa popular, mediante apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, meio por cento do eleitorado estadual. Art. 31 - O controle dos atos administrativos será exercido pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e pela sociedade civil, na forma da lei e através de iniciativa popular de projeto de emenda a esta Constituição e de projeto de lei estadual.”.

A alternativa C está incorreta. Nos termos da Constituição Federal, art. 27, o número de deputados estaduais depende do número de deputados federais. Vejamos o dispositivo correspondente na Constituição estadual: “Art. 66 - O Poder Legislativo é exercido pela Assembléia Legislativa, com sede na Capital do Estado, constituída de Deputados eleitos pelo sistema proporcional para um mandato de quatro anos. § 1º - O número de Deputados corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados; atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.”

A alternativa E está incorreta. Existe vedação constitucional para a realização de mais de uma sessão ordinária por dia. Vejamos a Constituição estadual: “Art. 67 - A Assembleia Legislativa, no primeiro ano da Legislatura, reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, para posse de seus membros e eleição da Mesa, para um mandato de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma Legislatura. § 6º - Não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária por dia.”

QUESTÃO 08. Em relação ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens que se seguem.



I Os membros do CNMP oriundos do MP estadual são indicados ao Senado Federal por decisão discricionária do respectivo procurador-geral de justiça.

II Não cabe ao CNMP realizar controle difuso de constitucionalidade no julgamento dos processos de sua competência

III Conquanto o CNMP não tenha competência para se ingerir na atividade-fim do MP, o STF entende caber a ele decidir os conflitos de atribuições entre ramos distintos do MP

IV O corregedor nacional do CNMP deve ser escolhido entre os conselheiros oriundos da advocacia.

Estão corretos apenas os itens

a) I e II

b) I e IV

c) II e III

d) I, III e IV

e) II, III e IV

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta. Estão corretas as assertivas II e III como é possível verificar:

A assertiva I está incorreta. A indicação será pelos respectivos Ministérios Públicos. Vejamos o texto constitucional: “Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo § 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei”.

A assertiva II está correta. Trata-se de decisão do STF de relatoria do Ministro Luiz Fux. Vejamos a ementa transcrita na alternativa: “1. O direito subjetivo do exercente da função de Promotor de Justiça de permanecer na comarca elevada de entrância não pode ser analisado sob o prisma da constitucionalidade da lei local que previu a ascensão, máxime se a questão restou judicializada no Egrégio STF. 2. O Conselho Nacional do Ministério Público não ostenta competência para efetuar controle de constitucionalidade de lei, posto consabido tratar-se de órgão de natureza administrativa, cuja atribuição adstringe-se ao controle da legitimidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público federal e estadual (art. 130-A, § 2º, da CF/88). Precedentes (MS 28.872 AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno; AC 2.390 MC-REF, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno; MS 32.582 MC, Rel. Min. Celso de Mello; ADI 3.367/DF, Rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno). 3. In casu, o CNMP, ao declarar a inconstitucionalidade do art. 141, in fine, da Lei Orgânica do MP/SC, exorbitou de suas funções, que se limitam, como referido, ao controle de legitimidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Parquet. 4. Segurança concedida para cassar o ato impugnado. (MS 27744, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 14/04/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-108 DIVULG 05-06-2015 PUBLIC 08-06-2015)”.

A assertiva III está correta. Trata-se de tema pacificado pelo STF, ao analisar se a competência para solução de conflitos cabia ao próprio Supremo ou ao CNMP. Vejamos: “I. A solução de conflitos de atribuições entre ramos diversos dos Ministérios Públicos pelo CNMP, nos termos do artigo 130-A, § 2º, e incisos I e II, da Constituição Federal e no exercício do controle da atuação administrativa do Parquet, é a mais adequada,



pois reforça o mandamento constitucional que lhe atribuiu o controle da legalidade das ações administrativas dos membros e órgãos dos diversos ramos ministeriais, sem ingressar ou ferir a independência funcional. (AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 843 SÃO PAULO RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO)”.

A assertiva IV está incorreta. O Corregedor será escolhido dentre os membros do Ministério Público, e não da advocacia. Vejamos o que a Constituição dispõe a respeito: “Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: § 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:”

QUESTÃO 09. No que concerne à CE/BA, assinale a opção correta.

- a) A prática de violência, tortura ou coação contra cidadãos, perpetrada por agentes estaduais ou municipais, no estado da Bahia, é punível com demissão.**
- b) Apenas pessoas vivas que tenham dado contribuição extraordinária ao estado da Bahia, assim reconhecidas em lei estadual, podem ter seu nome, sobrenome ou cognome utilizado para denominar bem público no estado**
- c) Dado o modelo rígido de separação dos poderes adotado na CE/BA, um não pode exercer funções de outro.**
- d) Portadores de diploma de ensino superior podem habilitar-se a qualquer cargo do Poder Executivo estadual para o qual se exija esse nível de instrução**
- e) No caso de criação, incorporação, desmembramento e fusão de municípios, os novos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores só serão submetidos ao voto popular se o processo se houver concluído em até um ano antes das eleições municipais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se de previsão expressa na Constituição estadual. Vejamos: “Art. 4º - Além dos direitos e garantias, previstos na Constituição Federal ou decorrentes do regime e dos princípios que ela adota, é assegurado, pelas leis e pelos atos dos agentes públicos, o seguinte: IX - constitui infração disciplinar, punível com a pena de demissão a bem do serviço público, a prática de violência, tortura ou coação contra os cidadãos, pelos agentes estaduais ou municipais;”

A alternativa B está incorreta. Existe vedação para a utilização do nome de pessoas vivas para tais fins. Vejamos: “Art. 21 - Fica vedada, no território do Estado, a utilização de nome, sobrenome ou cognome de pessoas vivas, nacionais ou estrangeiras, para denominar as cidades, localidades, artérias, logradouros, prédios e equipamentos públicos de qualquer natureza.”.

A alternativa C está incorreta. Os poderes exercem funções atípicas, não sendo possível encontrar a referida vedação na Constituição da Bahia.

A alternativa D está incorreta. Não é possível para cargos que exijam formação específica. Vejamos: “Art. 15 - No âmbito do Poder Executivo estadual, para provimento das vagas de cargo para o qual seja exigido nível escolar superior, poderão habilitar-se candidatos com formação acadêmica em qualquer curso de 3º grau, reconhecido pelo Ministério da Educação, ressalvados os privativos de área profissional específica.”.



A alternativa E está incorreta. Nos termos da Constituição estadual: “Art. 54 - Lei complementar estadual disporá sobre a criação, incorporação, desmembramento e fusão de Municípios, estabelecendo os critérios e requisitos mínimos relativos a população, eleitorado, número de domicílios e renda, observadas as seguintes condições: IV - criação de Município somente no período compreendido entre doze e seis meses anteriores às eleições gerais para Governador ou Prefeito; § 1º - A instalação do Município dar-se-á a 1º de janeiro do ano subsequente ao das eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.”.

QUESTÃO 10. Atuando em nome do poder público, determinada autoridade pública celebrou intencionalmente parceria com entidades privadas sem a observância das formalidades legais, o que ocasionou desvio de recursos públicos. Nesse caso hipotético, a atuação da autoridade

- a) não configura ato de improbidade se o agente público for agente político.**
- b) configura ato de improbidade caracterizado como enriquecimento ilícito.**
- c) não configura ato de improbidade por ausência de disposição expressa na lei.**
- d) configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.**
- e) configura ato de improbidade que causa lesão ao erário.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O fundamento encontra-se no Art. 2º da Lei 8429/92 (Lei de Improbidade), a seguir transcrito: “Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que diverge do teor do inciso XVIII do art. 10 da Lei 8429/92 (Lei de Improbidade), que assim dispõe: “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: [...] XVIII - celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;”

A alternativa C está incorreta, pois o ato descrito no enunciado consta expressamente no inciso XVIII do art. 10 da Lei 8429/92 (Lei de Improbidade), que assim prevê: “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: [...] XVIII - celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;”

A alternativa D está incorreta. Os atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública encontram-se elencados no Art. 11. da Lei 8429/92 (Lei de Improbidade). Ademais, a partir da leitura do enunciado, é possível identificar que a conduta descrita se enquadra na hipótese prevista no inciso XVIII do art. 10 Lei 8429/92 (Lei de Improbidade). Vejamos: “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades



referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: [...] XVIII - celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;”

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do inciso XVIII do art. 10 Lei 8429/92 (Lei de Improbidade), que assim dispõe: “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: [...] XVIII - celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;”

QUESTÃO 11. No que se refere à Lei de Acesso à Informação, julgue os itens seguintes.

I. Aplicam-se os dispositivos dessa lei aos órgãos públicos integrantes da administração direta do Poder Executivo, não havendo previsão legal expressa em relação ao MP.

II. O acesso às informações pessoais relativas à vida privada poderá ser autorizado por terceiros, independentemente de consentimento da pessoa a que elas se referirem, quando forem necessárias à defesa de direitos humanos.

III. No caso de indeferimento de acesso à informação, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, devendo este ser dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo,
- c) Apenas os itens I e II estão certos,
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O item I. está incorreto. Há previsão expressa em relação ao MP no inciso I do Parágrafo único do art. 1º da Lei Nº 12.527/2011. Vejamos: “Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei: I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;”

O item II está correto. É possível tal interpretação a partir da análise detida do inciso II do § 1º do art. 31 c/c § 3º, do mesmo artigo. Vejamos: "O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. § 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: [...] II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem. [...] § 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias: [...] IV - à defesa de direitos humanos;”



O item III está correto. É o que dispõe o art. 15 da Lei Nº 12.527/2011, a seguir evidenciado: “Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência. Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

A alternativa A está incorreta, já que os itens II e III estão certos.

A alternativa B está incorreta. Nos termos da fundamentação exposta, os itens II e III estão certos.

A alternativa C está incorreta, uma vez que os itens II e III estão certos.

A alternativa D está correta, pois os itens II e III estão certos.

A alternativa E está incorreta, já que apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 12. Segundo expressa previsão legal, uma organização religiosa que se dedique à projetos de interesse público e de cunho social e se distinga das destinadas a fins exclusivamente religiosos é considerada

a) organização social.

b) organização de sociedade civil de interesse público.

c) entidade de apoio.

d) organização da sociedade civil.

e) serviço social autônomo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O enunciado, nos termos da alínea “c” do inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019/14, se refere à organização da sociedade civil. Organização Social, por sua vez, se refere a uma associação ou fundação privada que recebe a qualificação jurídica para ser entidade paraestatal. A Lei nº 9.637/1998 afirma que o Poder Executivo qualificará como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

A alternativa B está incorreta. O enunciado, nos termos da alínea “c” do inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019/14, se refere à organização da sociedade civil. Organização de sociedade civil de interesse público, por sua vez, encontra seu regramento na Lei nº 9970/99, que assim prevê em seu art. 1º: “Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.”

A alternativa C está incorreta. O enunciado, nos termos da alínea “c” do inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019/14, se refere à organização da sociedade civil. Entidades de apoio são fundações instituídas com finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e a projetos de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das Instituições Federais de Ensino Superior e demais Instituições Científicas Tecnológicas.



A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade da alínea “c” do inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019/14, a seguir transcrito: “Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: I - organização da sociedade civil: [...] c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;”

A alternativa E está incorreta. O enunciado, nos termos da alínea “c” do inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019/14, se refere à organização da sociedade civil. Os serviços sociais autônomos são entidades criadas por autorização legal, revestidas da forma de associação ou fundação. O objeto é uma atividade social que beneficia grupos sociais ou profissionais. Como por exemplo o Senai, que é um serviço nacional de aprendizagem industrial.

QUESTÃO 13. Um profissional recebeu penalidade administrativa de idoneidade para licitar e contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos. Logo após aplicação da sanção, o mesmo profissional participou de processo licitatório, mas foi desclassificado do certame. Nesse caso, segundo, à Lei nº 14.133/2021, o referido profissional

- a) praticou ato lesivo contra o poder público, para o qual é prevista pena de suspensão por prazo máximo de 3 anos para licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta.
- b) praticou mera irregularidade administrativa, estando sujeito à pena de advertência.
- c) praticou crime para o qual é prevista pena de reclusão de 1 ano a 3 anos, e multa.
- d) praticou crime para o qual é prevista pena de reclusão de 3 anos a 6 anos, e multa.
- e) não praticou crime visto que, dada a ausência de efetiva contratação, o delito não se consumou.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, já que se trata de crime previsto no art. 337-M, §2º, do Código Penal, onde consta pena de reclusão de 1 a 3 anos para aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação. Vejamos: “Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. [...] § 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que se trata de crime previsto no art. 337-M, §2º, do Código Penal, onde consta pena de reclusão de 1 a 3 anos para aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação. Vejamos: “Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. [...] § 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.”

A alternativa C está correta, uma vez que o art. 337-M, §2º, do Código Penal, prevê pena de reclusão de 1 a 3 anos para aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação. Vejamos: “Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. [...] § 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.”



A alternativa D está incorreta, já que a pena prevista no art. 337-M, §2º, do Código Penal, é reclusão de 1 a 3 anos para aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação. Vejamos: “Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. [...] § 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.”

A alternativa E está incorreta, já que se trata de crime previsto no art. 337-M, §2º, do Código Penal. Vejamos: “Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. [...] § 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.”

QUESTÃO 14. De acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021, o pregão é modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento

- a) poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- b) poderá ser o de menor preço ou o de melhor técnica.
- c) deverá ser o de técnica e preço, apenas.
- d) deverá ser o de menor preço, apenas.
- e) deverá ser o de maior retorno econômico, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do inciso XLI do art. 6º da Lei 14.133/21, transcrito a seguir: “art. 6º [...] XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;”

A alternativa B está incorreta, já que o inciso XLI do art. 6º da Lei 14.133/21 prevê expressamente que os critérios de julgamento serão menor preço ou maior desconto.

A alternativa C está incorreta, uma vez que contraria o inciso XLI do art. 6º da Lei 14.133/21, transcrito a seguir: “art. 6º [...] XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;”

A alternativa D está incorreta, pois conforme pontuado o inciso XLI do art. 6º da Lei 14.133/21 prevê expressamente que os critérios de julgamento serão menor preço ou maior desconto.

A alternativa E está incorreta, já que o inciso XLI do art. 6º da Lei 14.133/21 prevê expressamente que os critérios de julgamento serão menor preço ou maior desconto.

QUESTÃO 15. Determinado servidor público civil do estado da Bahia recebeu, em razão de suas atribuições, presente de um administrado. Nessa situação hipotética, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, o servidor

- a) está sujeito à pena disciplinar de multa.
- b) está sujeito à pena disciplinar de advertência.



c) não está sujeito a pena disciplinar por ausência de previsão expressa.

d) está sujeito à pena disciplinar de demissão.

e) está sujeito à pena disciplinar de suspensão, que não poderá exceder 90 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que contraria o teor do inciso XIII do art. 176 c/c inciso XII do art. 192 da Lei nº 6677/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia). Vejamos: “art. 176. Ao servidor é proibido: [...] XIII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições. [...] art. 192. A demissão será aplicada nos seguintes casos: [...] XII – transgressão das proibições previstas nos incisos X a XVII do art. 176”.

A alternativa B está incorreta, já que diverge da orientação contida no inciso XIII do art. 176 c/c inciso XII do art. 192 da Lei nº 6677/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia). Vejamos: “art. 176. Ao servidor é proibido: [...] XIII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições. [...] art. 192. A demissão será aplicada nos seguintes casos: [...] XII – transgressão das proibições previstas nos incisos X a XVII do art. 176”.

A alternativa C está incorreta, uma vez que há dispositivo que prevê expressamente penalidade para tal conduta. Vejamos: “art. 176. Ao servidor é proibido: [...] XIII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições. [...] art. 192. A demissão será aplicada nos seguintes casos: [...] XII – transgressão das proibições previstas nos incisos X a XVII do art. 176”.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do inciso XIII do art. 176 c/c inciso XII do art. 192 da Lei nº 6677/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia). Vejamos: “art. 176. Ao servidor é proibido: [...] XIII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições. [...] art. 192. A demissão será aplicada nos seguintes casos: [...] XII – transgressão das proibições previstas nos incisos X a XVII do art. 176”.

A alternativa E está incorreta, já que a pena prevista é de demissão, conforme se depreende da leitura do inciso XIII do art. 176 c/c inciso XII do art. 192 da Lei nº 6677/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia), a seguir transcritos: “art. 176. Ao servidor é proibido: [...] XIII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições. [...] art. 192. A demissão será aplicada nos seguintes casos: [...] XII – transgressão das proibições previstas nos incisos X a XVII do art. 176”.

QUESTÃO 16. Segundo a Resolução nº118 do CNMP, para solucionar conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais seja importante a direta e voluntária ação de ambas às partes divergentes, é recomendada a

a) convenção processual.

b) prática restaurativa.

c) mediação.

d) negociação.

e) conciliação.

Comentários



A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, já que o enunciado descreve a mediação, prevista no art. 9º Resolução nº118 do CNMP. Vejamos: “Art. 9º A mediação é recomendada para solucionar controvérsias ou conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes”. Convenção processual consta no art. 15, da Resolução nº118, a seguir transcrito: “Art. 15. As convenções processuais são recomendadas toda vez que o procedimento deva ser adaptado ou flexibilizado para permitir a adequada e efetiva tutela jurisdicional aos interesses materiais subjacentes, bem assim para resguardar âmbito de proteção dos direitos”

A alternativa B está incorreta, uma vez que o enunciado descreve a mediação, prevista no art. 9º Resolução nº118 do CNMP, conforme já pontuado. Sobre práticas restaurativas, a Resolução nº 118 do CNMP: “Art. 13. As práticas restaurativas são recomendadas nas situações para as quais seja viável a busca da reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre o (s) seu (s) autor (es) e a (s) vítima (s), com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos.”

A alternativa C está correta. O art. 9º da Resolução nº 118 do CNMP, assim dispõe sobre mediação: Art. 9º A mediação é recomendada para solucionar controvérsias ou conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes”.

A alternativa D está incorreta, pois conforme pontuado a questão trata da mediação. A negociação, por sua vez, consta no art. 8º da Resolução nº 118 do CNMP, que orienta: “A negociação é recomendada para as controvérsias ou conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal (art. 129, III, da CR/1988); Parágrafo único. A negociação é recomendada, ainda, para a solução de problemas referentes à formulação de convênios, redes de trabalho e parcerias entre entes públicos e privados, bem como entre os próprios membros do Ministério Público.”

A alternativa E está incorreta, já que conforme pontuado a questão trata da mediação. A conciliação, por sua vez, consta no art. 11 da Resolução nº 118 do CNMP, que orienta: “Art. 11. A conciliação é recomendada para controvérsias ou conflitos que envolvam direitos ou interesses nas áreas de atuação do Ministério Público como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções propondo soluções para a resolução das controvérsias ou dos conflitos.”

QUESTÃO 17. Acerca dos meios de controle judicial, julgue os itens seguintes.

I. No mandado de segurança individual, após o prazo da prestação de informações pela autoridade coatora, o juiz deverá ouvir o representante do MP, que opinará, dentro do prazo improrrogável de 10 dias.

II. Na ação popular, da sentença proferida contra o autor e suscetível de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão e também o MP.

III. Na ação civil pública, o MP poderá requisitar informações, de qualquer ente público ou particular, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 dias úteis.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.



d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está correto. É o teor do art. 12 da Lei 12.016/09, transcrito a seguir: "Findo o prazo a que se refere o inciso I do caput do art. 7º desta Lei, o juiz ouvirá o representante do Ministério Público, que opinará, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias."

O item II está correto, com base no §2º do art. 19 da Lei 4717/65, que assim orienta: "Art. 19. [...] § 2º Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão e também o Ministério Público."

O item III está correto, sob o fundamento do §1º do art.8º da Lei 7347/85. Vejamos: "Art. 8º [...] § 1º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

A alternativa A está incorreta, uma vez que todos os itens estão corretos.

A alternativa B está incorreta, já que todos os itens estão corretos.

A alternativa C está incorreta, pois todos os itens estão corretos.

A alternativa D está incorreta, uma vez que todos os itens estão corretos.

A alternativa E está correta. Nos termos da fundamentação exposta, os itens I, II e III estão corretos.

QUESTÃO 18. Acerca de partidos políticos, assinale a opção correta.

a) O surgimento de um novo partido político, apto a participar das eleições seguintes, pode ocorrer por meio de criação, fusão ou incorporação.

b) É vedada a criação de partido cujo programa atente contra a soberania nacional, o regime democrático, o sistema republicano e o pluripartidarismo.

c) Partidos devem aplicar um percentual dos recursos oriundos do Fundo Partidário na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política de mulheres e de pessoas negras.

d) Em conformidade com o princípio constitucional da autonomia dos partidos políticos, o prazo máximo de vigência dos mandatos dos órgãos de direção provisórios é matéria sujeita exclusivamente à deliberação de cada partido.

e) A anuência do partido é considerada justa causa para que deputado federal, estadual ou distrital se desligue do partido pelo qual tenha sido eleito, sem, com isso, perder o mandato.

Comentários

Questão pode ser objeto de recurso, pois as **letras B, D e E** podem ser consideradas corretas.

A alternativa A está incorreta. Embora a incorporação seja modalidade prevista na lei dos partidos políticos (9.096/95), neste caso não há a criação de um novo partido.



A letra B está correta. Conforme artigo 2º da lei 9.096/95: “Art. 2º É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana”.

A letra C está incorreta. Há apenas a previsão de aplicação em programas para participação política de mulheres, mas não de pessoas negras, conforme artigo 44, V, da Lei 9.096/95: “Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados: V - na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, criados e executados pela Secretaria da Mulher ou, a critério da agremiação, por instituto com personalidade jurídica própria presidido pela Secretária da Mulher, em nível nacional, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total”.

A letra D está correta. Embora exista previsão legal para o prazo máximo de vigência, nos termos do artigo 3º, §3º, da lei 9.096/95 (“§3º O prazo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos poderá ser de até 8 (oito) anos”), tal parágrafo foi declarado inconstitucional pelo STF na ADI 6230/DF: “IX - Inconstitucionalidade do art. 3º, § 3º, da Lei 9.096/1995, na redação dada pela Lei 13.831/2019, ao fixar o prazo de duração de até 8 (oito) anos das comissões provisórias. Período durante o qual podem ser realizadas distintas eleições (gerais e municipais), para todos os níveis federativos. O que é provisório não é eterno; o que é temporário, não pode ser permanente; o que é efêmero, não é duradouro”.

A letra E está correta. Conforme §6º do artigo 17 da CF: “§6º Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão”.

QUESTÃO 19. Em relação à representação proporcional no sistema eleitoral brasileiro, assinale a opção correta de acordo com a legislação.

a) São considerados suplentes os candidatos mais votados da legenda, porém não eleitos efetivos, observada a exigência da votação nominal mínima.

b) Todos os partidos que apresentarem candidatos participarão da partilha das cadeiras não preenchidas, seja por meio da aplicação dos quocientes partidários, seja em razão da exigência de votação nominal mínima.

c) O quociente partidário é o resultado da divisão do número de votos válidos obtidos pelo partido pelo quociente eleitoral, sendo desprezada a fração, se igual ou inferior a meio, ou, se superior a meio, considerada equivalente a um.

d) No que tange à votação nominal mínima para preenchimento dos lugares, é exigido um número de votos igual ou superior a 10% do quociente eleitoral, aplicável tanto à distribuição de cadeiras por meio do quociente partidário quanto à distribuição das sobras.

e) Caso nenhum partido atinja o quociente eleitoral, a regra da proporcionalidade será abandonada em favor do princípio majoritário.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.



A alternativa A está incorreta. Não há exigência de votação nominal mínima, conforme artigo 112, parágrafo único, do CE: “Parágrafo único. Na definição dos suplentes da representação partidária, não há exigência de votação nominal mínima prevista pelo art. 108”.

A alternativa B está incorreta. Para participar das cadeiras não preenchidas o partido deve cumprir os requisitos do artigo 109, §2º, do CE: “§2º Poderão concorrer à distribuição dos lugares todos os partidos que participaram do pleito, desde que tenham obtido pelo menos 80% (oitenta por cento) do quociente eleitoral, e os candidatos que tenham obtido votos em número igual ou superior a 20% (vinte por cento) desse quociente”.

A alternativa C está incorreta. Conforme literalidade do artigo 107 do CE: “Art. 107. Determina-se para cada partido o quociente partidário dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda, desprezada a fração”.

A alternativa D está incorreta. A votação nominal mínima para distribuição das sobras é de 20%, conforme artigo 109, §2º, do CE: “§2º Poderão concorrer à distribuição dos lugares todos os partidos que participaram do pleito, desde que tenham obtido pelo menos 80% (oitenta por cento) do quociente eleitoral, e os candidatos que tenham obtido votos em número igual ou superior a 20% (vinte por cento) desse quociente”.

A alternativa E está correta. Conforme artigo 111 do CE: “Art. 111. Se nenhum partido alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votado”.

QUESTÃO 20. A respeito de coligações e federações de partidos, considerando as disposições constitucionais e a Lei n.º 9.096/1995, assinale a opção correta.

- a) A vedação à celebração de coligações aplica-se às eleições majoritárias e proporcionais.
- b) A lei exige que os partidos federados assim permaneçam nos três pleitos seguintes à data de constituição da federação.
- c) No caso de a federação ultrapassar a cláusula de desempenho, os partidos federados manterão o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda no rádio e na televisão, mesmo que seu desempenho isolado não seja suficiente para tanto.
- d) A abrangência nacional diz respeito à possibilidade de os partidos, em cada circunscrição, optarem, nas eleições proporcionais, entre uma lista de candidatos própria ou uma lista da federação.
- e) A direção eleita da federação substitui, para todos os efeitos, as direções dos partidos-membros enquanto perdurar a federação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A vedação é apenas nas eleições proporcionais, conforme artigo 17, §1º, da CF: “§1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária”.



A alternativa B está incorreta. Não há a previsão de permanência por três pleitos, mas por, no mínimo, 4 anos, conforme artigo 11-A, §3º, II, da Lei 9.096/95: “II – os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, 4 (quatro) anos”.

A alternativa C está correta. Conforme artigo 4º, §2º, da Resolução 23.670/21 do TSE: “§2º Para fins de aferição da cláusula de desempenho prevista no §3º do art. 17 da Constituição e no art. 3º da EC nº 97/2017, será considerada a soma da votação e da representação dos partidos que integram a federação.”

As alternativas D e E estão incorretas. Conforme artigo 11-A, §8º, da Lei 9.096/95: “§8º Aplicam-se à federação de partidos todas as normas que regem as atividades dos partidos políticos no que diz respeito às eleições, inclusive no que se refere à escolha e registro de candidatos para as eleições majoritárias e proporcionais, à arrecadação e aplicação de recursos em campanhas eleitorais, à propaganda eleitoral, à contagem de votos, à obtenção de cadeiras, à prestação de contas e à convocação de suplentes”.

QUESTÃO 21. Assinale a opção correta no que tange ao financiamento de campanhas.

- a) O candidato pode aportar recursos próprios a sua campanha, obedecidos os limites vigentes para contribuições de pessoas físicas.**
- b) A regra vigente não impõe condições para o acesso dos partidos aos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) que lhes cabem.**
- c) Os limites vigentes para contribuições de pessoas físicas impedem diferenças significativas entre contribuições de eleitores com muitos recursos e de eleitores com poucos recursos.**
- d) É facultada aos partidos a renúncia ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).**
- e) 98% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) são distribuídos entre os partidos na proporção de seu desempenho nas eleições para a Câmara dos Deputados Federal, no que se refere ao número de votos ou ao número de representantes eleitos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Conforme artigo 23, §2-A, da Lei 9.504/97: “§2º-A. O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o total de 10% (dez por cento) dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer”.

As alternativas B e E estão incorretas. Existem critérios para distribuição do FEFC, conforme literalidade do artigo 16-D da Lei 9.504/97: “Art. 16-D. Os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), para o primeiro turno das eleições, serão distribuídos entre os partidos políticos, obedecidos os seguintes critérios: I - 2% (dois por cento), divididos igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral; II - 35% (trinta e cinco por cento), divididos entre os partidos que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, na proporção do percentual de votos por eles obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados; III - 48% (quarenta e oito por cento), divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes na Câmara dos Deputados, consideradas as legendas dos titulares; IV - 15% (quinze por cento), divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes no Senado Federal, consideradas as legendas dos titulares”.

A alternativa C está incorreta. A limitação é com base nos rendimentos brutos do doador, logo, aqueles com mais recursos podem doar mais do que aqueles com poucos recursos, conforme artigo 23, §1º, da Lei



9.504/97: “§1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição”.

A alternativa D está correta. Conforme artigo 16-C, §16, da Lei 9.504/97: “§16. Os partidos podem comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral até o 1º (primeiro) dia útil do mês de junho a renúncia ao FEFC, vedada a redistribuição desses recursos aos demais partidos”.

QUESTÃO 22. Desde 1995, vigoram regras de reserva de vagas para candidatas mulheres nas eleições proporcionais, com o objetivo de estimular a participação feminina na política. Mais recentemente, entraram em vigência regras com o objetivo de estimular também a participação de pessoas negras na política. Considerando o conjunto dessas medidas, assinale a opção correta.

a) Fraude na quota de gênero evidenciada pela ausência de campanha enseja a punição apenas dos dirigentes responsáveis e dos candidatos envolvidos na fraude ou por ela diretamente beneficiados.

b) A legislação prevê a veiculação, nos anos eleitorais, antes do início das campanhas, de propaganda institucional no rádio e na televisão, promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral, destinada a incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política.

c) Para fins de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do FEFC entre os partidos, a contagem em dobro dos votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados Federal é uma política permanente de estímulo à participação política das mulheres e da população negra, consagrada no texto constitucional.

d) A necessária correspondência entre os percentuais de candidaturas de mulheres e de pessoas negras e os percentuais dos recursos e do tempo de propaganda a elas destinados é regra recente, fruto da convergência entre iniciativas do Poder Legislativo e decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

e) A Lei n.º 12.034/2009 alterou dispositivo da Lei n.º 9.504/1997, passando a determinar o preenchimento, em vez da reserva, de, pelo menos, 30% das vagas previstas para o partido para cada sexo, o que gerou uma mudança decisiva para o incremento da presença das mulheres entre os eleitos nos pleitos posteriores a tal alteração legislativa.

Comentários

Questão pode ser objeto de recurso, pois as **letras B e D** podem ser consideradas corretas.

A alternativa A está incorreta. A punição não é somente para aqueles envolvidos diretamente, mas para todos os participantes do partido, que terão seus registros e diplomas cassados, independentemente de terem envolvimento direto, conforme Respe 0600651-94.

A alternativa B está correta. Conforme artigo 93-A da Lei 9.504/97: “Art. 93-A. O Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais, promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro”.

A alternativa C está incorreta. Tal critério para distribuição não é permanente, conforme artigo 2º da EC 111/21: “Art. 2º Para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatas mulheres ou a



candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro”.

A alternativa D está correta. As garantias para participação feminina e de pessoas negras foram construídas por várias frentes políticas estatais, como o Poder Legislativo, por meio de leis específicas; pelo TSE, por meio de resoluções (como a Res 23.610/19) e consultas públicas (Consulta 0600483-06); entre outros.

A alternativa E está incorreta. Embora a lei tenha garantido o percentual mínimo no número de candidatos, não houve uma vinculação no número de eleitos, de modo que não há como precisar que houve uma mudança decisiva na presença de mulheres entre os eleitos.

QUESTÃO 23. Com base na Lei n.º 9.504/1997, assinale a opção correta a respeito das condutas vedadas aos agentes públicos nos pleitos eleitorais.

a) É proibida, no ano em que se realiza a eleição, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela administração pública, exceto nos casos de calamidade pública ou de estado de emergência.

b) Não é permitido, nos três meses que antecedem o pleito, autorizar publicidade institucional de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, exceto no caso de grave e urgente necessidade pública assim reconhecida pelo Poder Executivo

c) É vedado empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade de órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, que excedam a média mensal dos valores empenhados e não cancelados dos últimos três anos anteriores ao pleito.

d) É vedado ao candidato usar quaisquer materiais ou serviços custeados pelos governos ou pelas casas legislativas.

e) A utilização de nomes, de símbolos ou de imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos na publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos configura abuso de autoridade, ficando o responsável, se candidato, sujeito ao cancelamento do registro ou do diploma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 73, §10, da Lei 9.504/97: “§10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa”.

A alternativa B está incorreta. Conforme artigo 73, VI, b, da Lei 9.504/97: “VI - nos três meses que antecedem o pleito: b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral”.

A alternativa C está incorreta. Conforme artigo 73, VI, b, da Lei 9.504/97: “VII - empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito”.



A alternativa D está incorreta. Conforme artigo 73, II, da Lei 9.504/97: “II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram”.

A alternativa E está incorreta. A conduta constitui crime, conforme artigo 40 da Lei 9.504/97: “Art. 40. O uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista constitui crime, punível com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de dez mil a vinte mil UFIR”.

QUESTÃO 24. No que se refere a princípios e conceitos básicos afetos ao direito eleitoral, assinale a opção correta.

a) A luz da tipologia que distingue democracia direta e indireta, constata-se que a Constituição Federal de 1988 consagra um modelo misto de democracia.

b) A Constituição Federal de 1988 veda a realização de consultas populares concomitantemente às eleições municipais.

c) Plebiscito é a consulta popular a respeito de ato legislativo ou administrativo já editado.

d) Por previsão legal, um projeto de lei de iniciativa popular a ser apresentado à Câmara dos Deputados poderá ser subscrito por um número de eleitores menor que o exigido para se demonstrar o caráter nacional de um partido político.

e) O termo sufrágio designa exclusivamente a capacidade eleitoral ativa, o direito de votar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De fato, há um modelo misto da CF/88, uma vez que presentes elementos de democracia direta (plebiscito, referendo, iniciativa legislativa popular) e democracia indireta (sistema representativo dos poderes executivos e legislativos).

A alternativa B está incorreta. Há previsão expressa para consultas populares conforme artigo 14, §12º, da CF: “§12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos”.

A alternativa C está incorreta. Conforme artigo 2º, §2º, da Lei 9.709/98: “§1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido”.

A alternativa D está incorreta. O percentual para lei por iniciativa popular é previsto no artigo 13 da lei 9.709/98: “Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles”. O número de eleitores para configurar o caráter nacional é menor que para a iniciativa popular, conforme artigo 7º, §1º, da lei 9.096/95: “§1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um



terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles”.

A alternativa E está incorreta. O termo sufrágio não representa apenas a capacidade eleitoral ativa, votar, mas toda forma de participação na soberania do país, seja direta ou indiretamente, o voto é apenas o exercício do sufrágio, seu instrumento, mas com ele não se confunde.

QUESTÃO 25. Conforme as disposições da Lei n.º 9.504/1997 quanto à campanha eleitoral, assinale a opção correta.

a) A declaração da intenção de ser candidato e o pedido de apoio político, antes de 15 de agosto do ano eleitoral, configuram campanha eleitoral antecipada, vedada pela referida lei.

b) Caracteriza captação de sufrágio a conduta de candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição.

c) É vedada a propaganda de boca de urna, inclusive a manifestação individual e silenciosa do eleitor, por meio de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

d) A colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras em vias públicas são permitidas desde que tais objetos sejam móveis, definida legalmente como mobilidade a possibilidade de retirada desse material sempre que necessário.

e) A confecção, a utilização e a distribuição de brindes como camisetas, bonés, chaveiros e canetas são proibidas aos candidatos em suas campanhas, apesar de permitidas quando decorrentes da iniciativa de seus apoiadores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme §2º do artigo 36-A da Lei 9.504/97: “Nas hipóteses dos incisos I a VI do caput, são permitidos o pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver”.

A alternativa B está correta. Conforme artigo 41-A da Lei 9.504/97: “Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinqüenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990”.

A alternativa C está incorreta. Conforme artigo 39-A da Lei 9.504/97: “É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivo”.

A alternativa D está incorreta. A mobilidade é caracterizada pela retirada entre as 6h e às 22h, e não sempre que necessário, conforme artigo 37, §7º, da Lei 9.504/97: “A mobilidade referida no § 6o estará caracterizada com a colocação e a retirada dos meios de propaganda entre as seis horas e as vinte e duas horas”.

A alternativa E está incorreta. Conforme artigo 39, §6º, da Lei 9.504/97: “É vedada na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros,



bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor”.

QUESTÃO 26. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, para as sucessões por morte, impõe-se a aplicação da lei do

- a) país onde se situam os bens.
- b) país em que ocorreu o falecimento.
- c) último domicílio do *de cujus*.
- d) país de domicílio do herdeiro.
- e) domicílio em que o *de cujus* realizou a aquisição do bem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o local onde os bens se situam serve para qualificar e regular as relações a eles concernentes (art. 8º da LINDB).

A alternativa B está incorreta, conforme art. 10 da LINDB.

A alternativa correta é a letra C, conforme expressa redação do art. 10 da LINDB: “A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens”.

A alternativa D está incorreta, pois a lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder (art. 10, § 2º, da LINDB).

A alternativa E está incorreta, conforme art. 10 da LINDB.

QUESTÃO 27. Para a máxima concretização dos valores constitucionais em cada caso concreto, alude-se a uma interpretação jurídica

- a) teleológica.
- b) alternativa.
- c) histórica.
- d) aplicativa.
- e) sistemática.

Comentário

A alternativa correta é a **letra D**, conforme a doutrina da professora Ada Pellegrini Grinover: “[...] Hoje, acentua-se a ligação entre constituição e processo, no estudo concreto dos institutos processuais, não mais colhidos na esfera fechada do processo, mas no sistema unitário do ordenamento jurídico: é esse o caminho, ensina Liebman, que transformará o processo, de simples instrumento de justiça, em garantia de liberdade [...]” (GRINOVER, Ada Pellegrini. Os princípios constitucionais e o Código de Processo Civil. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1975, p. 4).



QUESTÃO 28. Pessoas transgênero podem alterar seu nome e sexo (gênero) no registro civil

- a) apenas mediante comprovante de cirurgia transgenitalização.
- b) desde que apresentem laudo de médico perito.
- c) desde que realizado procedimento destinado a readequar seu próprio corpo ao sexo correspondente ao seu gênero.
- d) somente após completarem 16 anos de idade e desde que em presença dos pais ou responsáveis.
- e) desde que declarem sua vontade diretamente no registro civil das pessoas naturais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, tendo em vista que o entendimento do STF ao interpretar o art. 58 da Lei de Registros Públicos em conformidade com a Constituição Federal, com o Pacto de São José da Costa Rica e com a Opinião Consultiva nº 24/2017 nos autos da ADI nº 4275: “Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios”.

Assim, ficou consignado na ADI nº 4275 que: “[...] os transgêneros, que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, possuem o direito à alteração do prenome e do gênero (sexo) diretamente no registro civil”. (ADI 4275/DF, rel. orig. Min. Marco Aurélio, redator p/ o acórdão Min. Edson Fachin, julgado em 28/2 e 1º/3/2018, informativo nº 892).

As demais alternativas estão incorretas pois, o direito dos transexuais à retificação do prenome e do sexo/gênero no registro civil não é condicionado à exigência de realização da cirurgia de transgenitalização. (REsp 1.626.739-RS, 4ª Turma., Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 9/5/2017, informativo nº 608).

Assim, em resumo, não é necessária a cirurgia de transgenitalização, não é necessário laudo médico, nem tampouco tratamentos hormonais, para a realização da alteração do prenome diretamente perante o Registro Civil de Pessoas Naturais.

QUESTÃO 29. A conduta segundo a qual uma pessoa, sem autorização do interessado, intervém na administração de negócio alheio, dirigindo-o segundo o interesse e a vontade presumível de seu dono, tem natureza jurídica de

- a) ato-fato jurídico.
- b) negócio jurídico.
- c) fato jurídico em sentido estrito.
- d) ato jurídico em sentido estrito.
- e) ato jurídico em sentido amplo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D** e está de acordo com a sofisticada classificação dos fatos jurídicos criada por Pontes de Miranda.

De acordo com tal classificação, o fato jurídico se subdivide em: (i) fato jurídico stricto sensu; **(ii) ato jurídico**, e; (iii) ato-fato jurídico.



Em especial, os **atos jurídicos**, que têm em comum a vontade humana como força motriz, se subdividem em negócios jurídicos e atos jurídicos stricto sensu.

Nos negócios jurídicos, a vontade humana é necessária para a prática do negócio e para a definição das suas consequências.

Já nos atos jurídicos stricto sensu a vontade humana é necessária para a prática do ato, contudo, os seus efeitos decorrem da lei.

Assim, “conduta segundo a qual uma pessoa, sem autorização do interessado, intervém na administração de negócio alheio, dirigindo-o segundo o interesse e a vontade presumível de seu dono” é caracterizada claramente como um ato jurídico em sentido estrito, pois “[...] a vontade é sem escolha de categoria jurídica, donde certa relação de antecedente a consequente, em vez de relação de escolha a escolhido”. (MIRANDA, Pontes de. Tratado das Ações, Tomo 1. Campinas: Bookseller, 1998, p. 21).

Portanto, estão incorretas as demais alternativas pelas razões expostas.

QUESTÃO 30. No direito civil, se o erro não derivar de uma falta de normal diligência por parte de quem o invoca, ele será caracterizado como

- a) incidental.
- b) escusável.
- c) acidental.
- d) perceptível.
- e) substancial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme dispõe o art. 138 do CC: “Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio”.

O termo “escusável” é sinônimo de “perdoável”, logo, se o erro não decorrer de culpa com base no parâmetro da “pessoa de diligência normal”, será escusável.

Assim, com base em tais razões, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 31. A doação pode ser revogada por ingratidão caso o donatário tenha

- a) abandonado o doador.
- b) ofendido a honra do doador.
- c) recusado alimentos ao doador.
- d) caluniado o doador.
- e) injuriado o doador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.



A alternativa A está incorreta, pois corresponde à situação que não configura ingratidão.

A alternativa B está incorreta, pois não é qualquer ofensa à honra que ensejará a ingratidão, mas apenas a injúria grave ou a calúnia nos termos do art. 557, III, do Código Civil (não está prevista a difamação - ofensa contra a honra).

A alternativa correta é a letra D, uma vez que corresponde à literalidade do art. 557, III, do CC: “Art. 557. Podem ser revogadas por ingratidão as doações: [...] III - se o injuriou gravemente ou o caluniou;”, contudo, trata-se de questão bastante problemática.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 557, IV, do Código Civil estabelece condicionantes: “Art. 557. Podem ser revogadas por ingratidão as doações: [...] IV - se, podendo ministrá-los, recusou ao doador os alimentos de que este necessitava”. Em outras palavras, não consta do enunciado a necessidade do e a possibilidade, conforme redação literal do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois não está de acordo com a literalidade do art. 557, III, do Código Civil, traz a expressão “injuriou gravemente”. Não há uma definição objetiva do que vem a ser “injúria grave”, de modo que a alternativa pode também ser considerada correta.

Entendemos que é cabível recurso para a anulação da questão por falta de objetividade e pela possibilidade de duas (ou mais) alternativas corretas.

QUESTÃO 32. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), se a parte a que a perda aproveita permanecer deliberadamente inerte diante do dano, haverá abuso de direito, por se configurar o(a)

a) tu quoque.

b) surrectio.

c) duty to mitigate the own loss.

d) supressio.

e) venire contra factum propriam.

Comentários

A expressão duty to mitigate the own loss corresponde ao dever que a parte possui em mitigar o próprio prejuízo, como corolário da boa-fé objetiva e lealdade. Aliás, conforme o STJ decidiu no REsp 758.518: “[...] DIREITO CIVIL. CONTRATOS. BOA-FÉ OBJETIVA. STANDARD ÉTICO-JURÍDICO.OBSERVÂNCIA PELAS PARTES CONTRATANTES. DEVERES ANEXOS. DUTY TO MITIGATE THE LOSS. DEVER DE MITIGAR O PRÓPRIO PREJUÍZO. INÉRCIA DO CREDOR. AGRAVAMENTO DO DANO. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. RECURSO IMPROVIDO. 1. Boa-fé objetiva. Standard ético-jurídico. Observância pelos contratantes em todas as fases. Condutas pautadas pela probidade, cooperação e lealdade. 2. Relações obrigacionais. Atuação das partes. Preservação dos direitos dos contratantes na consecução dos fins. Impossibilidade de violação aos preceitos éticos insertos no ordenamento jurídico. 3. Preceito decorrente da boa-fé objetiva. Duty to mitigate the loss: o dever de mitigar o próprio prejuízo. Os contratantes devem tomar as medidas necessárias e possíveis para que o dano não seja agravado. A parte a que a perda aproveita não pode permanecer deliberadamente inerte diante do dano. Agravamento do prejuízo, em razão da inércia do credor. Infringência aos deveres de cooperação e lealdade. 4. Lição da doutrinadora Véra Maria Jacob de Fradera. Descuido com o dever de mitigar o prejuízo sofrido. [...] (REsp: 758518/PR, Relator: Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), Data de Julgamento: 17/06/2010, 3ª Turma, Data de Publicação: 01/07/2010).



QUESTÃO 33. Pedro obteve a posse de uma casa mediante contrato de doação, estando ciente de que o imóvel não pertencia ao doador.

Nessa situação hipotética, Pedro terá direito

- I. à indenização das benfeitorias necessárias.
- II. à indenização das benfeitorias úteis.
- III. de levantar as benfeitorias voluptuárias, se não prejudicar a coisa.
- IV. aos frutos percebidos.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas os itens I e II estão certos.
- c) Apenas os itens III e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Conforme o art. 1.216 do Código Civil: “O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio”.

Por outro lado, o art. 1.220 do Código Civil dispõe: “Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias; não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias”.

Interpretando, portanto, os dois dispositivos mencionados, conclui-se que apenas a alternativa do item I está correta, isto é, Pedro só fará jus às benfeitorias necessárias, tendo em vista que exerceu a posse de má-fé sobre o imóvel, tendo em vista que sabia que o doador não era o dono da coisa.

As alternativas dos itens II, III e IV estão incorretas, pois são devidos à Pedro indenização das benfeitorias úteis, o levantamento de benfeitorias voluptuárias, ainda que não prejudique a coisa e os frutos percebidos.

QUESTÃO 34. Após a morte de Renato, que vivia em união estável com Carla, sua dependente econômica, Jorge requereu o reconhecimento de união estável com o falecido, para fins previdenciários, alegando que os dois possuíam vida em comum. pagavam juntos o aluguel de um apartamento e compareciam a eventos sociais como um casal.

Nesse caso hipotético,

- a) assiste razão a Jorge dada a existência de dois núcleos familiares distintos e simultâneos.
- b) assistiria razão a Jorge se este comprovasse que não tinha conhecimento da união estável do falecido com Carla.
- c) não assiste razão a Jorge, dada a inexistência de efeitos jurídicos decorrentes da relação que mantinha com Renato.



d) não assiste razão a Jorge, porquanto sua alegação não comprova sua dependência econômica em relação a Renato.

e) assiste razão a Jorge, porquanto, comprovada a sociedade de fato, a pensão previdenciária pode ser dividida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O STF no tema 526 de repercussão geral (RE 883.168) que “É incompatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável”.

Em sentido convergente, do STF assentou no julgamento do RE 1.045.273/SE que: “A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1.723, parágrafo 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive, para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional”.

De tal conclusão se extrai que não são admitidas pela jurisprudência uniões estáveis simultâneas entre si ou casamentos simultâneos com união(ões) estáveis, logo, diante do enunciado que é claro no sentido de Renato vivia em união estável com Carla, Jorge não terá reconhecida a união estável.

Assim, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as demais alternativas.

QUESTÃO 35. Conforme previsto no Código Civil, disposição testamentária em favor de pessoa não legitimada a suceder será considerada

a) ineficaz.

b) inexistente.

c) anulável.

d) nula.

e) válida, se não ultrapassar cinquenta por cento do monte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão exigiu conhecimento do art. 1.802 do Código Civil, que dispõe: “São nulas as disposições testamentárias em favor de pessoas não legitimadas a suceder, ainda quando simuladas sob a forma de contrato oneroso, ou feitas mediante interposta pessoa”.

Deste modo, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 36. Presume-se pertencer à pessoa em cujo nome o imóvel se encontra registrado no cartório competente segundo o princípio da

a) fé pública.



b) especialidade.

c) publicidade.

d) disponibilidade.

e) legalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Nos termos do art. 1.245, §§ 1º e 2º, do Código Civil: “Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis. § 1º Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel. § 2º Enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel”.

Vê-se claramente que a presunção a que faz referência o enunciado da alternativa se atine ao princípio da legalidade.

QUESTÃO 37. Na recuperação judicial, tendo sido nomeada pessoa impedida como membro do comitê de credores, poderá requerer ao juiz a substituição

a) apenas o credor.

b) e apenas o devedor.

c) apenas o Ministério Público.

d) o credor ou o Ministério Público.

e) o devedor, qualquer credor ou o Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme expressamente dispõe o art. 30, § 2º, da Lei nº 11.101/2005: “Art. 30. Não poderá integrar o Comitê ou exercer as funções de administrador judicial quem, nos últimos 5 (cinco) anos, no exercício do cargo de administrador judicial ou de membro do Comitê em falência ou recuperação judicial anterior, foi destituído, deixou de prestar contas dentro dos prazos legais ou teve a prestação de contas desaprovada. [...] § 2º O devedor, qualquer credor ou o Ministério Público poderá requerer ao juiz a substituição do administrador judicial ou dos membros do Comitê nomeados em desobediência aos preceitos desta Lei”.

Assim, a única alternativa correta é a letra E, de modo que as demais estão incorretas pela fundamentação legal mencionada.

QUESTÃO 38. Na hipótese de o MP estadual propor ação civil pública (ACP), os honorários periciais

a) deverão ser adiantados pelo autor caso haja previsão orçamentária, conforme determina o Código de Processo Civil (CPC).

b) deverão ser adiantados pela fazenda pública estadual.

c) deverão ser adiantados pelo réu caso não haja previsão orçamentária, conforme dispõe o CPC.



d) não poderão ser adiantados pelo autor pois a perícia necessariamente deve ser realizada por entidade pública.

e) deverão ser adiantados pelo autor, conforme prevê a lei que trata da ACP.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa B está incorreta. , conforme precedente do STJ exarado no AgInt no Recurso em Mandado de Segurança nº 61622 - SP (2019/0242261-2): “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que não é possível exigir do Ministério Público o adiantamento de honorários periciais em ações civis públicas, devendo ser aplicada a Súmula 232/STJ, em que a Fazenda Pública à qual o Parquet se achar vinculado deve arcar com referida despesa”. De acordo com a Súmula 232, do STJ, “A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito”.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

QUESTÃO 39. ACP por meio da qual se requeira a perda do cargo de promotor de justiça vitalício pela prática de ato no exercício da função pública será de competência do juiz de direito quando

I decorrer da prática de condutas ilícitas incompatíveis com o exercício do cargo que se configurem tipos penais;

II decorrer da prática de ato de improbidade administrativa;

III o membro do MP esteja, ao tempo da propositura da ação, no exercício da atividade funcional ou em disponibilidade.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está incorreto. Vide comentário à alternativa B.

O item II está correto. O STJ possui precedente no sentido de que: "(...) ação de improbidade administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias ordinárias, ainda que proposta contra agente político que tenha foro privilegiado no âmbito penal e nos crimes de responsabilidade. IV - No caso, o Embargante, ocupante do cargo de Promotor de Justiça, foi processado e condenado por ato de improbidade administrativa pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, originariamente, circunstância sobre a qual não houve



manifestação no acórdão embargado, configurando-se omissão. V - Diante do reconhecimento de incompetência absoluta, de rigor a anulação dos atos decisórios, remetendo-se os autos ao juízo de primeiro grau para novo julgamento, nos termos do art. 113, § 2º, do Código de Processo Civil de 1973 (art. 64, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015). (STJ, EDcl no REsp Nº 1.298.092 - SP)

O item III está incorreto. Vide comentário à alternativa B.

QUESTÃO 40. Na hipótese de ser proposta ação popular em face de estado e o autor ser domiciliado em outro estado da Federação, a competência territorial será apenas do foro

- a) Do domicílio do autor, conforme dispõe a Lei de Ação Popular**
- b) Local onde ocorrer o dano, conforme dispõe a Lei de ACP.**
- c) Domicílio do autor ou no da ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, conforme dispõe o CPC.**
- d) Domicílio do réu, conforme dispõe o CPC.**
- e) Domicílio do réu, conforme dispõe a Lei de Ação Popular.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa B está correta. Em consonância com o microsistema processual coletivo, o STJ aplica à ação popular o disposto no art. 2º da Lei nº 7.347/1985, “Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa”. Ademais, o STJ assim se manifestou: “(...) Nesse contexto, a definição do foro competente para a apreciação da Ação Popular, máxime em temas como o de direito ambiental, reclama a aplicação, por analogia, da regra pertinente contida no artigo 2º da Lei da Ação Civil Pública. Tal medida se mostra consentânea com os princípios do Direito Ambiental, por assegurar a apuração dos fatos pelo órgão judicante que detém maior proximidade com o local do dano e, portanto, revela melhor capacidade de colher as provas de maneira célere e de examiná-las no contexto de sua produção.” (CC 164.362/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2019, DJe 19/12/2019)

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

QUESTÃO 41. Considerando a Lei n.º 4.717/1965, que regula a ação popular, e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na hipótese de o autor da ação popular requerer desistência da ação, o magistrado deverá desde logo

- a) Extinguir o processo sem resolução de mérito.**
- b) Determinar que se publiquem editais, assegurado a qualquer cidadão e ao MP promover o prosseguimento da ação, desde que não tenha ocorrido a citação dos réus.**
- c) Indeferir o pedido de desistência e intimar o proponente para promover o prosseguimento da ação.**



d) Determinar que se publiquem editais, assegurado a qualquer cidadão e ao MP promover o prosseguimento da ação, ainda que já tenha ocorrido a citação dos réus.

e) Indeferir o pedido de desistência e intimar o MP para promover o prosseguimento da ação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa D está correta, de acordo com o art. 9º, da Lei da Ação Popular, segundo o qual “Art. 9º Se o autor desistir da ação ou der motiva à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.”

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

QUESTÃO 42. Segundo a jurisprudência do STJ, na hipótese de inadimplemento da obrigação de prestar alimentos, a decretação da prisão deve ser pelo prazo máximo de

a) 60 dias, apenas quando se tratar de alimentos definitivos, sendo aplicável a Lei de Alimentos em observância ao princípio da especialidade.

b) 60 dias, apenas quando se tratar de alimentos provisórios, sendo aplicável a Lei de Alimentos em observância ao princípio da especialidade.

c) 3 meses, quando se tratar de alimentos provisórios, provisionais e definitivos, sendo aplicável o disposto no CPC em observância do critério cronológico.

d) 3 meses, apenas quando se tratar de alimentos provisórios e definitivos, sendo aplicável o disposto no CPC em observância do critério cronológico.

e) 3 meses, apenas quando se tratar de alimentos provisionais, sendo aplicável o disposto no CPC em observância do critério cronológico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa C.

A alternativa C está correta. O art. 528, §3º fala que a prisão será fixada entre 1 e 3 meses, enquanto o art. 19, Lei de Alimentos (Lei n. 5.478/68), que fixa o prazo máximo da prisão em 60 dias. De acordo com o STJ, aplica-se o prazo de 1 a 3 meses independentemente de se tratar de alimentos provisionais ou definitivos. Confira-se o entendimento mais recente do STJ sobre o assunto no HC n. 718.488/PR: “A jurisprudência do STJ já proclamou que, decretada inicialmente a segregação do devedor de alimentos pelo prazo mínimo, dependendo da sua postura, ou seja, demonstrada a sua recalcitrância e a sua desídia no cumprimento da obrigação alimentar, não há impedimento para posterior prorrogação do prazo de prisão civil até o limite



máximo de 90 (noventa) dias.” (HC n. 718.488/PR, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 22/2/2022, DJe de 24/2/2022.)

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à alternativa C.

QUESTÃO 43. À luz da jurisprudência do STJ, é cabível propor da ação rescisória para

- a) Corrigir suposta injustiça da sentença.**
- b) Apreciar má interpretação dos fatos.**
- c) Reexaminar as provas antes produzidas.**
- d) Analisar ofensa direta e evidente a dispositivo de lei.**
- e) Complementar provas antes produzidas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois “A ação rescisória não se presta a corrigir injustiça da sentença nem para reexame de prova e fatos (STJ, RT 5441236).”

A alternativa B está incorreta, pois “A ação rescisória não se presta a corrigir injustiça da sentença nem para reexame de prova e fatos (STJ, RT 5441236).”

A alternativa C está incorreta, pois “A ação rescisória não se presta a corrigir injustiça da sentença nem para reexame de prova e fatos (STJ, RT 5441236).”

A alternativa D está correta, consoante dispõe o art. 966, V, CPC/2015: “ Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: V - violar manifestamente norma jurídica;”

A alternativa E está incorreta. O documento novo apto a aparelhar a ação rescisória, fundada no art. 966, VII, do CPC/2015, é aquele que, já existente à época da decisão rescindenda, era ignorado pelo autor ou do qual não pôde fazer uso, capaz de assegurar, por si só, a procedência do pedido (STJ. 1ª Seção. AR 5196-RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 14/12/2022, Info 762). . Vejamos a redação do dispositivo: “Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;”.

QUESTÃO 44. Segundo a jurisprudência do STJ, no cumprimento individual de sentença contra a fazenda pública decorrente de ação coletiva,

- a) Caberá a condenação em honorários advocatícios ainda que não seja apresentada impugnação, pois o cumprimento da sentença é decorrência lógica do mesmo processo cognitivo.**
- b) Caberá a condenação em honorários advocatícios ainda que não seja apresentada impugnação, pois ocorre discussão de nova relação jurídica e examinam-se a existência e a liquidez do direito decorrente da ação coletiva.**



c) Caberá a condenação em honorários advocatícios apenas quando for apresentada impugnação, pois ocorre discussão de nova relação jurídica e examinam-se a existência e a liquidez do direito decorrente da ação coletiva.

d) Não caberá a condenação em honorários advocatícios quando não for apresentada impugnação, pois o cumprimento da sentença é decorrência lógica do mesmo processo cognitivo.

e) Não caberá a condenação em honorários advocatícios quando não for apresentada impugnação, pois o cumprimento de sentença contra a fazenda pública enseja a expedição de precatório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa B está correta. Segundo o STJ, o cumprimento de sentença individual, nessas hipóteses, não pode receber o mesmo tratamento de uma etapa de cumprimento comum, pois traz uma nova relação jurídica, cuja existência e liquidez será objeto de juízo de valor a ser proferido como pressuposto para a satisfação do direito vindicado, certo de que os sujeitos processuais que compõem essa nova relação processual não são os mesmos da ação cognitiva. Será necessária, ainda, a formação de novo patrocínio, o que induz novos dispêndios pela parte a quem toca o direito de crédito objeto do cumprimento de sentença. A esse respeito, vamos conferir a redação da Súmula 345 do STJ: “São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.”

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

QUESTÃO 45. João possui pai registral e pretende propor ação de investigação de paternidade contra o pai biológico. Nessa situação hipotética, de acordo com a jurisprudência do STJ, será cabível a ação de investigação de paternidade

a) Desde que a referida ação se cumule com ação de cancelamento de registro, cujo prazo para propositura é prescricional.

b) Desde que anteriormente tenha sido ajuizada, no prazo decadencial, ação de cancelamento de registro.

c) Desde que anteriormente tenha sido ajuizada, no prazo prescricional, ação de cancelamento de registro.

d) Desde que a referida ação se cumule com ação de cancelamento de registro, cujo prazo para propositura é decadencial.

e) Independentemente de haver sido anteriormente ajuizada ação de cancelamento de registro, pois, no pedido principal, está subsumido o cancelamento do registro anterior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa E.



A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa E está correta. “É possível a cumulação dos pedidos formulados em ação de investigação de paternidade e de anulação dos assentos civis do investigante, quanto à paternidade registral, pois o cancelamento deste é simples consequência da procedência do pedido formulado na investigatória. (STJ – processo sigiloso).” (Disponível em <https://www.conjur.com.br/2010-dez-16/investigacao-paternidade-independe-acao-anular-registro>)

QUESTÃO 46. Segundo o entendimento do STF e do STJ, é cabível a impetração do mandado de segurança quando

a) A decisão judicial for teratológica.

b) Este for utilizado como mecanismo de controle abstrato da validade constitucional das leis e dos atos normativos em geral.

c) Houver ato de gestão comercial praticado por administrador de concessionária de serviço público.

d) A decisão judicial for impugnável por meio de recurso com efeito suspensivo.

e) Houver pretensão de atribuir efeito suspensivo a recurso interposto pelo MP contra decisão concessiva de progressão de regime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. “O mandado de segurança contra ato judicial é medida excepcional, cabível somente em situações nas quais pode se verificar, de plano, ato judicial eivado de ilegalidade, teratologia ou abuso de poder, que importem ao paciente irreparável lesão ao seu direito líquido e certo”. (STJ. Corte Especial. AgInt-EDcl-MS 27.653, Rel. Min. Benedito Gonçalves; DJE 10/08/2022, julgado em 03/08/2022.)

A alternativa B está incorreta, de acordo com a Súmula 266, do STF, segundo a qual “O mandado de segurança não pode ser utilizado como mecanismo de controle abstrato da validade constitucional das leis e dos atos normativos em geral, posto não ser sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade”.

A alternativa C está incorreta. “Não cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados por administradores de empresas públicas, sociedades de economia mista e concessionárias de serviço público (art. 1º, § 2º da Lei nº 12.016/2019)”. (STF. Plenário. ADI 4296/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes julgado em 9/6/2021, Info 1021).

A alternativa D está incorreta, de acordo com a Lei nº 12.016/2009, “Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução; II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo”;

A alternativa E está incorreta, nos termos da Súmula 604 do STJ: “Mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público”.

QUESTÃO 47. Um promotor de justiça ajuizou ACP que foi distribuída uma vara na qual atua juiz de direito que, anteriormente apresentará contra aquele algumas reclamações disciplinares junto ao CNMP. Nas



reclamações, o magistrado argumentava que seria "particularmente perseguido" pelo promotor de justiça que propôs a ACP.

Considerando a situação hipotética apresentada e o entendimento do STJ acerca do impedimento aplicável ao juiz, julgue os itens a seguir.

I O caso não configura impedimento do juiz, pois o promotor de justiça não é parte nem advogado na ACP.

II O caso não configura impedimento, pois se busca impedir a atuação de juiz quando se tratar de contenda judicial, passada ou presente, com quem integre a relação processual ou ofício no processo em qualquer dos polos.

III O caso configura impedimento, pois se busca impedir a atuação de juiz em contenda judicial ou administrativa, passada ou presente, com quem integre a relação processual ou ofício no processo em qualquer dos polos.

IV A exceção de impedimento exige a prova da efetiva parcialidade ou não do magistrado.

V A exceção de impedimento dispensa a prova da efetiva parcialidade ou não do magistrado.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) II e V.

e) III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está incorreto, pois trata-se de hipótese de impedimento.

O item II está incorreto, pois trata-se de hipótese de impedimento.

O item III está correto. "A hipótese de impedimento de magistrado prevista no art. 144, IX, do CPC é aplicável no caso de litígio entre o juiz e o membro do Ministério Público baseada em suposta perseguição". (STJ. 2ª Turma. REsp 1.881.175-MA, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 14/3/2023, Info 768).

O item IV está incorreto. "A exceção de impedimento, diante da gravidade da ofensa real ou abstrata à imagem pública de isenção judicial, carrega presunção absoluta e dispensa, portanto, prova acerca da efetiva parcialidade ou não do Magistrado". (REsp n. 1.881.175/MA, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/3/2023, DJe de 4/4/2023.)

O item V está correto. "A exceção de impedimento, diante da gravidade da ofensa real ou abstrata à imagem pública de isenção judicial, carrega presunção absoluta e dispensa, portanto, prova acerca da efetiva parcialidade ou não do Magistrado". (REsp n. 1.881.175/MA, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/3/2023, DJe de 4/4/2023.)

QUESTÃO 48. De acordo o STJ, configura hipótese de nulidade na ação de interdição a ausência de



a) Intervenção do MP na audiência de interrogatório, ainda que tenha sido devidamente intimado para o ato.

b) Intervenção do MP na audiência de interrogatório quando não tenha sido intimado para o ato, pois se presume o prejuízo.

c) Comparecimento do interditando na audiência de instrução, ainda que este já tenha sido interrogado pelo juízo.

d) Intimação pessoal do curador especial para a prática dos atos processuais, devendo ser demonstrado o prejuízo, ainda que se trate de vício grave.

e) Nomeação do MP para atuar como curador especial por ser imprescindível o exercício do direito de defesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentários à alternativa B.

A alternativa B está correta. Ao dar provimento a recurso especial interposto pelo Ministério Público, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou um processo em que não houve intimação do órgão para atuar na primeira instância, apesar de uma das partes ser uma mulher com enfermidade psíquica grave (esquizofrenia). Para o colegiado, apesar de, em regra, a atuação do MP em segunda instância suprir a nulidade decorrente de sua ausência em primeiro grau, houve prejuízo à mulher enferma no caso analisado. Com o CPC/2015, não importa, para fins de curador especial, se a ação foi proposta ou não pelo MP. Se o interditando não apresentar advogado, o juiz deverá, obrigatoriamente, nomear curador especial mesmo que o autor da ação não tenha sido o MP e mesmo que o Promotor de Justiça esteja atuando nos autos como fiscal da ordem jurídica. (Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/25072022-Por-falta-de-intimacao-do-MP--Terceira-Turma-anula-processo-de-interesse-de-incapaz-de-fato.aspx>)

A alternativa C está incorreta. Vide comentários à alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Vide comentários à alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Vide comentários à alternativa B.

QUESTÃO 49. Conforme entendimento do STJ, a ausência de intimação do MP para atuar como fiscal da ordem jurídica em ACP proposta pelo próprio MP configura hipótese de nulidade

a) Relativa, em decorrência do princípio da independência funcional, exigindo-se a comprovação de efetivo prejuízo, pois o membro do MP pode alterar sua compreensão acerca dos fatos.

b) Absoluta, em decorrência do princípio da unidade.

c) Absoluta, em decorrência do princípio da independência funcional.

d) Relativa, em decorrência do princípio da independência funcional na hipótese da ação ter sido proposta pelo mesmo membro do MP que deva ser intimado para atuar como fiscal.

e) Relativa, em decorrência do princípio da unidade, exigindo-se a comprovação de efetivo prejuízo.

Comentários



A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa E está correta. Trata-se de hipótese de nulidade relativa, decorrente do princípio da unidade do Ministério Público, exigindo-se prova do efetivo prejuízo, conforme entendimento exarado pelo STJ no julgamento do AgInt no REsp n. 1.924.548/PR. Vejamos: "(...) Na linha do entendimento há muito consolidado neste Tribunal Superior, a ausência de intervenção ministerial, como custos iuris, apenas enseja a nulidade de atos processuais se for demonstrada, efetivamente, a existência de efetivo prejuízo. Precedentes. Tal orientação incide, outrossim, nos casos em que dispensada a intimação do Parquet, na qualidade de fiscal da ordem jurídica, nas ações civis públicas propostas por ele próprio, por força do princípio da unidade, estampado no art. 127, § 1º, da Constituição da República, segundo o qual o Ministério Público é órgão uno, sujeito a uma só autoridade superior." (AgInt no REsp n. 1.924.548/PR, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 2/5/2023, DJe de 4/5/2023.)

QUESTÃO 50. De acordo com entendimento do STJ, configura-se decisão surpresa

a) A aplicação de lei aos fatos narrados pelas partes quando a lei contrariar a pretensão de qualquer dos litigantes.

b) A adoção de argumentos novos e fora dos limites da causa de pedir, dando solução jurídica inovadora à causa sem oportunizar às partes o debate prévio sobre os fatos.

c) Quando o julgador não tiver consultado as partes antes de cada decisão proferida na causa.

d) A aplicação de lei aos fatos narrados pelas partes sem que estas tenham a oportunidade de debater previamente a lei.

e) A aplicação de lei aos fatos narrados pelas partes quando a lei aplicada para a solução do conflito não tenha sido invocada por qualquer dos litigantes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Em 2017, ao julgar embargos de declaração no REsp 1.280.825, a Quarta Turma seguiu, por unanimidade, o entendimento da relatora, ministra Isabel Gallotti, no sentido de que aplicar lei não invocada pelas partes não ofende o princípio da não surpresa.

A alternativa B está correta. O fundamento ao qual se refere o artigo 10 do CPC/2015 é o fundamento jurídico – circunstância de fato qualificada pelo direito, em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, mesmo que superveniente ao ajuizamento da ação –, não se confundindo com o fundamento legal (dispositivo de lei regente da matéria)".

A alternativa C está incorreta, pois o próprio art. 9º CPC prevê exceções: "Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica: I - à tutela provisória de urgência; II - às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III ; III - à decisão prevista no art. 701 ."



A alternativa D está incorreta. Segundo o STJ, não há falar em decisão surpresa quando o magistrado, diante dos limites da causa de pedir, do pedido e do substrato fático delineado nos autos, realiza a tipificação jurídica da pretensão no ordenamento jurídico posto, aplicando a lei adequada à solução do conflito, ainda que as partes não a tenham invocado (*iura novit curia*) e independentemente de oitiva delas, até porque a lei deve ser do conhecimento de todos, não podendo ninguém se dizer surpreendido com a sua aplicação.

A alternativa E está incorreta. Em 2017, ao julgar embargos de declaração no REsp 1.280.825, a Quarta Turma seguiu, por unanimidade, o entendimento da relatora, ministra Isabel Gallotti, no sentido de que aplicar lei não invocada pelas partes não ofende o princípio da não surpresa.

Questão 51 Em relação à continuidade delitiva, assinale a opção correta.

a) Não se admite continuidade delitiva nos crimes contra a vida.

b) Se inviável a aferição do número exato de crimes, o magistrado pode aumentar a pena no patamar máximo legal de 2/3 com base no longo período de tempo em que tenham sido praticados os crimes.

c) O reconhecimento da continuidade delitiva implica a obrigatoriedade de fixação da pena em patamar inferior ao que seria aplicável com base no cúmulo material.

d) É admissível a continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão, se cometidos nas condições de tempo, lugar e outras semelhantes que permitam que os crimes subsequentes sejam considerados continuação do primeiro.

e) A diversidade do modo de execução de crimes de roubo não afasta a possibilidade de reconhecimento da continuidade delitiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A é incorreta. Não existe nenhuma restrição quanto aos crimes que poderão ser objeto da benesse do crime continuado, desde que preenchidos os requisitos legais. A única ressalva é de que, quando se tratar de crimes cometidos mediante violência ou grave ameaça à pessoa, estar-se-á do que a doutrina chama de crime continuado específico, cuja fração de aumento da pena será superior ao quantum aplicável aos crimes continuados simples, conforme se depreende parágrafo único do art. 7, do CP: “nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código”.

A alternativa B está correta. O STJ, no julgamento do HC 442.316/SP, fixou entendimento de que, não sendo possível precisar o número de crimes, a fração de aumento deve ser fixada com base na sua duração não sendo possível precisar o número de crimes.

A alternativa C está incorreta. Não existe essa exigência de que a majorante aplicada no caso do crime continuado deve resultar em pena inferior a que se chegaria com a aplicação do cúmulo material. Contudo, tendo em vista que o crime continuado foi um instituto criado para beneficiar o réu, se, na prática, a pena aplicada quando da exasperação pela majorante do crime continuado for mais grave do que a que ocorreria diante da aplicação do sistema do concurso material, deve ser aplicado este último. Conforme se verifica do parágrafo único do art. 70, aplicável por norma de extensão constante na parte final do art. 71, parágrafo



único, “não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do art. 69 deste Código”, justamente o regramento que trata do crime material.

A alternativa D está incorreta. O STJ entende ser inviável o reconhecimento da continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão, ainda que cometidos no mesmo contexto temporal, por se tratarem de delitos de espécies distintas (HC 552.481/SP).

A alternativa E está incorreta. A continuidade delitiva pressupõe semelhança no modus operandi de que lança mão o criminoso no cometimento das várias infrações penais, conforme consta expressamente no Código Penal: “quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada (...) - art. 71, caput. Assim, o STJ entende que “não há continuação delitiva entre roubos sucessivos e autônomos, com ausência de identidade no modus operandi dos crimes, uma vez que verificada a diversidade da maneira de execução dos diversos delitos” (AgRg no HC 426.556/MS).

Questão 52 A respeito dos crimes cibernéticos, assinale a opção correta.

a) O crime de invasão de dispositivo informático é submetido a ação penal pública incondicionada, salvo se cometido contra o presidente da República ou chefe de governo estrangeiro, hipótese em que se exige requisição do ministro da justiça.

b) No plano internacional, o Brasil se obrigou a tipificar os crimes informáticos em sua legislação interna, por meio de convenção já aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada pela Presidência da República.

c) Os crimes informáticos ou de informática são conceituados como aqueles cometidos por meio de computadores, contra eles ou através deles, desde que no âmbito da Internet.

d) De acordo com o atual ordenamento jurídico brasileiro, o ransomware é conduta penalmente atípica.

e) O racismo cibernético é exemplo de crime digital próprio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme o artigo 154-B do Código Penal, a ação penal do crime de invasão de dispositivo informático, insculpido no artigo 154-A do CP, é, em regra, condicionada à representação: “Nos crimes definidos no art. 154-A, somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios ou contra empresas concessionárias de serviços públicos.”

A alternativa B está correta. O Brasil, por meio do Decreto nº 11.491/2023 promulgou a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001. A Convenção de Budapeste tem como objetivo facilitar a cooperação internacional para combater o cibercrime.”

A alternativa C está incorreta. Conforme Monteiro Neto[1]: “o crime informático pode ser conceituado como toda ação típica, antijurídica e culpável cometida contra um sistema de informática ou contra dados e informações existentes no sistema computacional, não importando se o ato ocorre na introdução, no tratamento, no armazenamento ou na transmissão dos dados”. Ademais, o artigo 154-A deixa claro que o dispositivo não precisa estar conectado à internet.



A alternativa D está incorreta. Ransomware é um tipo software malicioso, o qual realiza o sequestro de dados, por meio de criptografia, e utiliza os arquivos capturados como reféns, exigindo da vítima contraprestação para o resgate deste. Embora não haja a tipificação específica desta conduta, parte da doutrina entende que o crime de ransomware se trata, na verdade, de diversos outros crimes em concurso, praticados através da invasão de dispositivo informático, sabotagem informática, intimidação e extorsão, mediante concurso material. (MASSENO; WENDT, 2017). Para outros, a conduta é uma variação da prática do crime de extorsão, mediante à exigência de pagamento indevido para a liberação de arquivos pelo criminoso apossados e criptografados.

A alternativa E está incorreta. Os crimes digitais próprios são aqueles que têm como alvo o sistema computacional em si, como é o caso da invasão de dispositivo informático (art. 154-A do CP). Por outro lado, os crimes digitais impróprios são aqueles que utilizam o meio digital como intermediário para a conduta. Neste sentido, o crime do racismo cibernético, insculpido no artigo 20, §2º, da Lei 7.716/89, utiliza-se do meio digital apenas como forma de propagação das ofensas.

QUESTÃO 53. No que diz respeito à Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a opção correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) A circunstância de a residência ser de propriedade comum do casal não afasta o cabimento da medida de afastamento do lar, resguardado ao agressor apenas o direito ao arbitramento de aluguel proporcional à fração ideal do imóvel.

b) As disposições penais dessa lei são inaplicáveis às mulheres transgênero, por força da vedação à analogia in malam partem.

c) A decisão proferida em processo penal que fixa alimentos provisórios em razão da prática de violência doméstica constitui título executivo judicial e autoriza a decretação de prisão civil,

d) Essa lei é inaplicável ao ato de violência praticado pelo neto contra a avó se neto e avó não coabitam.

e) É necessária a demonstração específica da subjugação feminina para que seja aplicado o sistema protetivo da Lei Maria da Penha.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O STJ entende não ser cabível o arbitramento de aluguel, pelo uso exclusivo de imóvel comum por um dos condôminos, em favor do coproprietário que foi impedido de continuar ali por medida protetiva decretada pela Justiça em razão da suposta prática de violência doméstica (REsp nº 1.966.556/SP). Nessas circunstâncias, a imposição de medida protetiva de urgência com o objetivo de cessar a prática de violência doméstica e familiar, resultando no afastamento do agressor do lar, constitui motivo legítimo para que se restrinja o seu direito de propriedade sobre o imóvel comum, não configurando enriquecimento sem causa da coproprietária que permanece no imóvel.

A alternativa B está incorreta. A 6ª Turma do STJ, no julgamento do REsp nº 1.977.124/SP, estendeu a aplicação da Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/2006) às mulheres transgênero que forem vítimas de violência doméstica ou familiar.

A alternativa C está correta. No julgamento do RHC 100.446/MG, o STJ fixou entendimento de que “a medida protetiva de alimentos, fixada por Juízo materialmente competente é, por si, válida e eficaz, não se encontrando, para esses efeitos, condicionada à ratificação de qualquer outro Juízo, no bojo de outra ação,



do que decorre sua natureza satisfativa, e não cautelar. Tal decisão consubstancia, em si, título judicial idôneo a autorizar a credora de alimentos a levar a efeito, imediatamente, as providências judiciais para a sua cobrança, com os correspondentes meios coercitivos que a lei dispõe. Compreensão diversa tornaria inócuo o propósito de se conferir efetiva proteção à mulher, em situação de hipervulnerabilidade, indiscutivelmente”.

A alternativa D está incorreta. A lei nº 11.340/2006 dispõe em seu art. 5º, III, que, “para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (...) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação”. Ademais, a súmula nº 600 do STJ afirma que “para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Pena, “não se exige a coabitação entre autor e vítima”.

A alternativa E está incorreta. O STJ, no julgamento do AgRg no REsp nº 1.931.918/GO, demonstrou ser “desnecessária a demonstração específica da subjugação feminina para que seja aplicado o sistema protetivo da Lei Maria da Pena. Isso porque a organização social brasileira ainda é fundada em um sistema hierárquico de poder baseado no gênero, situação que o referido diploma legal busca coibir”.

QUESTÃO 54. No que diz respeito às organizações criminosas, assinale a opção correta.

- a) O líder de organização criminosa condenado pelo crime de integrar tal organização deverá iniciar o cumprimento da pena necessariamente em estabelecimento penal de segurança máxima.**
- b) Para que seja possível nova acusação pelo crime de integrar organização criminosa contra os mesmos agentes por novo crime de mesma espécie, sem configurar bis in idem, deve ser considerada cessada a permanência da conduta com o recebimento da denúncia.**
- c) A definição legal de organização criminosa promovida pela Lei n. 12.850/2013 internaliza na legislação nacional a definição de grupo criminoso organizado constante da Convenção de Palermo.**
- d) O concurso de funcionário público é qualificadora do crime de integrar organização criminosa.**
- e) Havendo indício de participação de funcionário público na organização criminosa, é cabível a determinação judicial de afastamento cautelar do cargo, do emprego ou da função, sem remuneração, quando necessária à investigação ou instrução processual.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Muito embora a lei nº13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, tenha fixado a necessidade do cumprimento de pena se iniciar em estabelecimentos penais de segurança máxima, há clara especificação que apenas as lideranças de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição se sujeitarão a esse regime inicial mais gravoso: “as lideranças de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição deverão iniciar o cumprimento da pena em estabelecimentos penais de segurança máxima” – art. 2º, §8º da lei nº 12.850/2013.

A letra B está correta. Conforme a Tese 554 do MPSP: “O recebimento da denúncia cessa a permanência, possibilitando que o agente seja novamente denunciado, se persistir na mesma atividade criminosa, sem que isso configure dupla imputação pelo mesmo fato.” Da mesma forma, o STJ decidiu que: “Conquanto a formação de quadrilha seja crime permanente, tem-se por cessada a sua permanência com o recebimento



da denúncia. Assim, é possível que o agente seja novamente denunciado ou até mesmo preso em flagrante, como *in casu*, se persistir na mesma atividade criminosa sem que isso configure dupla imputação pelo mesmo fato (HC

123.763/RJ).

A alternativa C está incorreta. Conforme a Convenção de Palermo, grupo criminoso é: “grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na presente Convenção”. Por outro lado, a Lei 12.850/13, no artigo 1º, §1º, preceitua que considera-se organização criminosa “a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza(...)”. Portanto, há diferença quanto ao número mínimo de agentes.

A alternativa D está incorreta. A participação de funcionário público no crime de organização criminosa trata-se em verdade de causa de aumento de pena: “A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal” (art. 4º, II da lei nº 12.850/2013).

A alternativa E está incorreta. De fato é possível que o magistrado determine o afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, no caso da existência de indícios de que funcionário pública integra organização criminosa; no entanto, durante o afastamento cautelar a lei expressamente dispõe que deve ser mantido sua remuneração: “se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual” (art. 2º, §5º da lei nº 12.850/2013).

QUESTÃO 55. A luz do disposto na Lei n.o 11.343/2006 (Lei de Drogas), assinale a opção correta.

- a) A reincidência genérica autoriza a duplicação do prazo máximo da prestação de serviços à comunidade ou da medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo impostas ao condenado pelo crime de porte de drogas para consumo pessoal.**
- b) Há absorção do crime de tráfico de drogas pelo crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto: para fins terapêuticos ou medicinais na hipótese de manutenção de farmácia de fachada para a venda de produtos falsificados destinados a fins terapêuticos ou medicinais, ainda que seja promovida a venda de substâncias psicotrópicas listadas na portaria ministerial que arrola tais substâncias.**
- c) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a importação de sementes de maconha, ainda que em pequena quantidade, é conduta penalmente típica.**
- d) Compete à justiça federal o pedido de habeas corpus preventivo para viabilizar, para fins medicinais, o cultivo, of uso, o porte e a produção artesanal da Cannabis, ainda quando não demonstrada a internacionalidade da conduta, por força do interesse da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), à qual compete a concessão da respectiva autorização.**
- e) A semi-imputabilidade do agente afasta a natureza hedionda do crime de tráfico de drogas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.



A alternativa A está incorreta. O art. 28, §3º da lei nº 11.343/2006, dispõe que em caso de reincidência, as penas de prestação de serviços à comunidade e de medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo serão aplicadas em dobro, ou seja, pelo prazo máximo de 10 meses. Muito embora a lei não disponha expressamente se esse efeito derivaria da reincidência genérica ou específica, a 6ª Turma do STJ concluiu que o aumento de pena no crime de posse de drogas para consumo próprio deve ocorrer apenas quando a reincidência for específica (REsp nº 1.771.304/ES), ou seja, apenas quando se tratar de novo cometimento do crime de posse de drogas para consumo pessoal, tratado no art. 28, caput, da lei nº 11.340/2006.

A alternativa B está correta. Trata-se de exato entendimento do STJ: “não se mostra plausível sustentar a prática de dois crimes distintos e em concurso material quando, em um mesmo cenário fático, se observa que a intenção criminosa era dirigida para uma única finalidade, visto que, no caso em apreço, a conduta criminosa, desde o início da empreitada, era orientada para, numa sucessão de eventos e sob a fachada de uma farmácia, falsificar e vender produtos falsificados destinados a fins terapêuticos ou medicinais. Essa unidade de valor jurídico da situação de fato justifica, no caso concreto, a aplicação de uma só norma penal. Perfeitamente factível, portanto, a consunção, aplicável quando a intenção criminosa una é alcançada pelo cometimento de mais de um crime, devendo o agente, no entanto, ser punido por apenas um delito, de forma a, também e principalmente, obviar a sobrecarga punitiva, incompatível com a proporcionalidade da sanção, princípio regente no processo de individualização da pena. Inequivoco, assim, que o fato aparentemente compreendido na norma incriminadora afastada (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006) encontra-se, na inteireza da sua estrutura e do seu significado valorativo, na estrutura do crime regulado pela norma que, no caso, será prevacente (art. 273 do CP)” – REsp nº 1.537.773/SC.

A alternativa C está incorreta. O STJ possui reiteradas decisões, por exemplo no EREsp nº 1.624.564/SP, no sentido de que configura conduta atípica a importação de pequena quantidade de sementes de cannabis sativa. Isso se deve pelo fato de que os tipos penais trazidos pela lei nº 11.343/2006 estão adstritos a ações voltadas para o consumo de droga e aos núcleos verbais de semear, cultivar ou colher plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de droga, também para consumo pessoal. Sob essa ótica, o ato de importar pequena quantidade de semente configuraria, em tese, mero ato preparatório para o crime do artigo 28, parágrafo 1º – impunível, segundo nosso ordenamento jurídico.

A alternativa D está incorreta. O STJ, no julgamento do CC 171.206/SP, firmou entendimento de que, em regra, compete à Justiça Estadual julgar habeas corpus preventivo destinado a permitir o cultivo e o porte de cannabis sativa para fins medicinais. A jurisprudência do STJ é firme quanto à necessidade de demonstração de internacionalidade da conduta do agente para reconhecimento da competência da Justiça Federal, o que em geral não se constata em situações similares ao caso em análise. Vale ressaltar que a

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o STJ firmou, no AgRg no HC 716.210/DF, que a semi-imputabilidade, por si só, não afasta o tráfico de drogas e o seu caráter hediondo, tal como a forma privilegiada.

QUESTÃO 56. No que concerne ao princípio da legalidade em matéria penal, assinale a opção correta.

a) O princípio da legalidade, em sua faceta política, cumpre uma função constitutiva em relação às penas ilegais e uma função de garantia em relação às penas legais.

b) De acordo com o princípio da reserva legal, um dos consectários do princípio da legalidade em sentido lato, é proibida a incriminação vaga ou indeterminada por tipos que não sejam claros ou precisos.



c) Não há normas penais em branco no Código Penal, estando elas presentes apenas na legislação penal extravagante.

d) A aplicação da pena não observa o princípio da legalidade, mas o da discricionariedade judicial.

e) A norma penal em branco invertida é admissível, desde que homogênea.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O fundamento político do princípio da legalidade representa uma limitação do poder punitivo do estado e se consubstancia como um direito de primeira geração, vinculando o Poder Executivo e Judiciário às leis já existentes. Tal princípio é trazido expressamente no art. 5º, XXXIX, da CF: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;”.

A alternativa B está incorreta. O princípio da legalidade exige que uma conduta só pode ser criminosa se prevista em lei. Dele decorrem três outros princípios: taxatividade, reserva legal e anterioridade. A reserva legal, ao seu turno, expressa que as condutas só podem ser tipificadas por meio de lei formal.

A alternativa C está incorreta. O Código Penal traz normas penais em branco, ou seja, disposições que necessitam ser complementadas, seja pelo mesmo órgão que elaborou a lei (norma penal em branco homogênea) ou de ente distinto (norma penal em branco heterogênea). Como exemplo, o artigo art. 236 do CP dispõe: “Contrair casamento, induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior”. O conceito de casamento é trazido no Código Civil, o qual complementa a norma penal.

A alternativa D está incorreta. O princípio da legalidade atua na limitação do poder punitivo do estado tanto na esfera legislativa, judiciária e de execução da pena. Portanto, o órgão julgador não possui discricionariedade, devendo respeitar os dispositivos legais, como, por exemplo, o artigo 59 do CP, o qual traz as circunstâncias judiciais.

A alternativa E está correta. A norma penal em branco se caracteriza como uma norma incompleta, uma vez que necessita de complementação para ser aplicada. As normas penais possuem dois preceitos, o preceito primário, que descreve o conteúdo dos fatos puníveis e o preceito secundário, o qual dispõe a pena ao fato tipificado. As normas penais em branco, via de regra, trazem uma incompletude no preceito primário, de modo que poderá ser complementada por obra do Legislador (norma penal em branco homogênea) ou por ente diverso (norma penal em branco heterogênea). Todavia, quando a incompletude está no preceito secundária, considerando o princípio da legalidade, o complemento necessariamente será uma lei, como ocorre no art. 1º da Lei nº 2.889/56 (crime de genocídio), cujas penas encontram-se no Código Penal.

QUESTÃO 57. De acordo com a Súmula Vinculante n.º 56, "a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS". A partir desse enunciado sumular, assinale a opção correta.

a) A saída temporária é cabível ao apenado em regime semiaberto, mas não ao apenado em prisão domiciliar substitutiva do regime semiaberto por falta de estabelecimento adequado, em razão da manifesta incompatibilidade.



b) A referida súmula destina-se exclusivamente aos casos de cumprimento de pena, ou seja, aplica-se tão somente ao preso definitivo ou àquele em execução provisória da condenação, não se estendendo ao preso provisório.

c) O condenado ausentar-se da residência durante cumprimento da prisão domiciliar só é admissível para a frequência ao trabalho, não sendo compatível com destinos diversos, tais como frequência a culto religioso.

d) A manutenção do monitoramento eletrônico ao apenado beneficiado com prisão domiciliar substitutiva do regime aberto implica constrangimento ilegal, dada a ausência de permissivo em lei.

e) Verificado déficit de vagas obstativo da progressão ao regime semiaberto, o juízo da execução penal deve promover a imediata inclusão do preso no programa especial de monitoramento, vedada a priorização dos apenados inseridos há mais tempo no regime de pena intermediário ou mais próximos da obtenção do regime aberto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A 6ª Turma do STJ entendeu, em decisão lavrada no âmbito do HC 489.106/RS, que é possível a aplicação do benefício da saída temporária àqueles submetidos à prisão domiciliar por falta de estabelecimento adequado para cumprimento de pena no regime semiaberto.

A alternativa B está correta. O STJ exarou entendimento, no âmbito do RHC 99.006/PA, de que a súmula vinculante nº 56 é inaplicável aos presos provisórios. A justificativa se encontra no fato de que o objetivo da mencionada súmula é vedar que o condenado cumpra sua pena em regime mais gravoso, exclusivamente por falha do Estado em oferecer vaga em local apropriado; por deter caráter cautelar, a prisão preventiva não se submete a distinção de diferentes regimes, portanto incabível a extensão da súmula vinculante nº 56 aos réus em prisão provisória.

A alternativa C está incorreta. A 6ª Turma do STJ entendeu, no REsp nº 1.788.562/TO, que o preso em prisão domiciliar pode ser autorizado a se ausentar de sua residência para frequentar culto religioso, considerando que existe a possibilidade de controle do horário e de delimitação da área percorrida por meio do monitoramento eletrônico. Portanto, tendo em vista não representar risco ao cumprimento da pena, é possível que o condenado se ausente do seu domicílio para frequentar culto religioso, de forma a atender a finalidade ressocializadora da pena.

A alternativa D está incorreta. No AgRg no HC 691.963/RS, o STJ decidiu que a manutenção de monitoramento por meio de tornozeleira eletrônica ao apenado que progride ao regime aberto não implica constrangimento ilegal, vez que atende aos parâmetros referenciados na súmula vinculante nº 56.

A alternativa E está incorreta. O STF definiu que: “Havendo déficit de vagas, deverão ser determinados: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto (STF, RE 641.320, Tema 423)”.

QUESTÃO 58. Em relação aos crimes de responsabilidade praticados por prefeitos, assinale a opção correta de acordo com o Decreto-lei n. 201/1967.



a) A entrega da prestação de contas após o prazo legal é suficiente para configurar o crime de deixar de prestar contas da aplicação de recursos recebidos a qualquer título, tipificado como crime de responsabilidade, por configurar crime de mera conduta.

b) A sujeição do prefeito à instauração de processo por crime de responsabilidade cessa com a extinção do mandato.

c) Havendo a imputação do crime de responsabilidade em concurso com outro crime cujo rito aplicável seja o do Código de Processo Penal (CPP), deve ser aplicado o procedimento comum.

d) O descumprimento de ordem judicial pelo prefeito, sem a explicitação do motivo da recusa ou da impossibilidade por escrito, configura infração político-administrativa, mas não penal.

e) O uso, pelo prefeito, de verbas oriundas do Fundo Nacional da Saúde, destinadas a determinado programa de saúde, para pagamento de dívidas da secretaria de saúde com instituto de previdência municipal configura o crime de desvio de verbas públicas, previsto como crime de responsabilidade, independentemente de haver prejuízo à administração pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C e E**. Passível de anulação

A alternativa A está incorreta. Conforme entendimento do STJ, “o crime previsto no art. 1º, VII, do Decreto-Lei nº 201/1967 se perfectibiliza quando há uma clara intenção de descumprir os prazos para a prestação de contas. (...) Embora tenha havido a entrega da prestação de contas em momento posterior ao estipulado, ainda que mais de uma, não ficou devidamente caracterizado o dolo na conduta da agente, vale dizer, não ficou suficientemente demonstrada a intenção de atrasar e de descumprir os prazos previstos para se prestar contas, motivo pelo qual deve ser mantida a rejeição da denúncia oferecida em seu desfavor, tal como decidiu a Corte regional (REsp 1695266/PB)”.

A alternativa B está incorreta. Conforme preceitua a súmula nº 703 do STF, a extinção do mandato do prefeito não impede a instauração de processo pela prática dos crimes previstos no art. 1º do DL 201/1967.

A alternativa C está correta. O STJ entende que não há mácula na adoção do rito ordinário quando a ação penal envolve crimes sujeitos a procedimentos diversos (AgRg no HC 126.214/RJ).

A alternativa D está incorreta. Muito embora o art. 1º do DL 201/1967 denomine “crimes de responsabilidade” as condutas que elenca, a doutrina e a jurisprudência são uníssonas em afirmar que, em verdade, tratam-se de infrações penais. Portanto, a conduta de descumprimento de ordem judicial praticada por prefeito configura infração penal, uma vez que se encontra listada no art. 1º, XIV.

A alternativa E está correta. A alternativa traz o exato entendimento do STF, prolatado no julgamento da AP 984/AP. A Suprema Corte entende que configura o crime do art. 1º, III, do DL 201/1967, a conduta de prefeito que utiliza verbas oriundas do Fundo Nacional de Saúde para o pagamento de débitos da Secretaria Municipal de Saúde. Vale ressaltar que o STF apontou que, para a ocorrência deste crime, é irrelevante verificar a existência ou não de efetivo prejuízo para a Administração Pública.

QUESTÃO 59. Acerca do concurso de agentes no direito penal, assinale a opção correta.

a) Para a configuração do concurso de agentes, é necessária a pluralidade de participantes e de condutas, a relevância causal de cada conduta e a unidade de tipificação penal, sendo dispensável liame subjetivo.



b) Para a caracterização do delito de associação criminosa inserido em contexto societário, é desnecessário que a denúncia contenha a descrição da predisposição comum de meios para a prática de uma série indeterminada de delitos e uma contínua vinculação entre os associados com essa finalidade.

c) A autoria mediata é incompatível com o crime culposos.

d) A teoria do domínio do fato funciona como uma *ratio* para aferir a existência do nexo de causalidade entre o crime e o agente e serve de fundamento para considerar que houve participação no crime em razão da posição de gestor, diretor ou sócio administrador de empresa ou organização.

e) A autoria mediata é incompatível com o crime próprio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. É unânime na doutrina a necessidade de preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos para configuração do concurso de agentes: 1) Pluralidade de condutas; 2) Relevância causal das condutas; 3) Liame subjetivo; e 4) Identidade de crimes para todos os envolvidos. Portanto, ao contrário do que afirma a alternativa, o liame subjetivo entre os agentes, a intenção de cada um dos envolvidos de contribuir para o resultado criminoso, é indispensável para a existência do concurso de pessoas.

A alternativa B está incorreta. O STJ firmou entendimento, no RHC nº 139.465/PA, de que na denúncia pelo crime de associação criminosa em contexto societário, o Ministério Público deverá descrever a predisposição comum de meios para os crimes e o vínculo associativo dos agentes envolvidos, sob pena da peça acusatória ser considerada inepta.

A alternativa C está correta. A doutrina entende pela impossibilidade de se compatibilizar o instituto da autoria mediata com crimes culposos, haja vista que, nestes, o resultado é produzido de forma involuntária. Portanto, não seria possível que o agente-mandante se utilizasse de interposta pessoa para cometimento do crime, pois isso exigiria dolo em sua atuação.

A alternativa D está incorreta. Conforme a teoria do domínio do fato, aquele que controla finalisticamente o fato, ou seja, quem decide a sua forma de execução, seu início, cessação e demais condições é coautor e não partícipe.

A alternativa E está incorreta. É plenamente possível a ocorrência da autoria mediata nos crimes próprios, que são aqueles em que a lei requer alguma qualidade ou condição especial do sujeito ativo aqueles em que a lei requer alguma qualidade ou condição especial do sujeito ativo, desde que o autor mediato reúna as qualidades ou condições exigidas pelo tipo penal.

QUESTÃO 60. No que se refere ao erro e à aplicação da pena no direito penal, assinale a opção correta.

a) A condescendência do órgão público fiscalizatório diante do fato típico é suficiente para autorizar o reconhecimento do erro de proibição.

b) O desconhecimento da lei, escusável ou inescusável, é circunstância que atenua a pena.

c) O desconhecimento da lei, desde que escusável, autoriza o perdão judicial por crime, seja este doloso ou culposos.

d) O erro de proibição inescusável é penalmente irrelevante.



e) O erro sobre a ilicitude do fato, desde que escusável, afasta o dolo do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A tolerância do órgão público fiscalizatório diante do fato típico não autoriza o reconhecimento do erro de proibição. Vale destacar que o CP tipifica o delito de condescendência criminosa no artigo 320 do CP.

A alternativa B está correta. Conforme preceitua o art. 65, II, do Código Penal, o desconhecimento da lei é circunstância que sempre atenua a pena, não havendo que se perquirir se este se deu de forma escusável ou inescusável.

A alternativa C está incorreta. O desconhecimento da lei, seja escusável ou inescusável, configurará apenas circunstância atenuante, conforme disposto no art. 65, II, do CP.

A alternativa D está incorreta. No erro de proibição, ocorre uma falsa percepção da realidade que recai sobre a ilicitude do comportamento do agente; ou seja, quando em erro de proibição, o agente sabe exatamente o que faz, mas desconhece que sua conduta é contrária ao Direito Penal. O Código Penal dispõe em seu art. 21 que “o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço”. Dessa feita, o erro de proibição inescusável, que corresponde ao que o Código denomina erro evitável, resulta em uma causa de diminuição da pena, não sendo, portanto, um fato penalmente irrelevante, como leva a crer a alternativa.

A alternativa E está incorreta. O Código Penal dispõe em seu art. 21 que “o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço”. Assim, o erro de proibição escusável, que corresponde ao que o Código Penal denomina erro inevitável, isenta o réu da pena, tratando-se, portanto, de causa excludente da culpabilidade.

QUESTÃO 61. Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito da prescrição em matéria penal.

a) Havendo desclassificação pelo tribunal do júri para crime diverso de crime doloso contra a vida, a pronúncia deixa de funcionar como causa interruptiva da prescrição.

b) O cumprimento de pena imposta em outro processo não impede o curso da prescrição executória.

c) Convenção internacional pode afastar lei interna que prevê regra de prescrição da pretensão punitiva.

d) A prescrição da pretensão executória, no que pressupõe quadro a revelar a possibilidade de execução da pena, tem como marco inicial o trânsito em julgado da condenação apenas para a defesa.

e) Havendo dúvida resultante da omissão cartorária em certificar a data de recebimento da sentença, não se pode presumir a data de publicação com o lançamento de movimentação dos autos na Internet, para fins de interrupção do prazo prescricional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme a Súmula 191 do STJ: “A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.”



A alternativa B está incorreta. O STJ decidiu, no bojo do HC 123.523/SP, veiculado no informativo 670, que: “Ao interpretar o parágrafo único do artigo 116 do Código Penal, esta Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que o cumprimento de pena imposta em outro processo, ainda que em regime aberto ou em prisão domiciliar, impede o curso da prescrição executória”.

A alternativa C está incorreta. A jurisprudência estabelece que Convenção Internacional não poderá alterar a regra prescricional, assim dispôs o STJ: “Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade foi adotada pela Resolução n. 2.391 da Assembleia Geral da ONU, em 26/11/1968, e entrou em vigor em 11/11/1970. Contudo, a mencionada Convenção não foi ratificada pelo Brasil. Prevalece na jurisprudência que “os tratados em geral, inclusive os de direitos humanos, somente podem ser aplicados na ordem jurídica brasileira depois de serem promulgados na ordem interna (REsp 1.798.903/RJ)”. Portanto, apenas quando internalizada, a Convenção será apta a alterar a regra prescricional.

A alternativa D está incorreta. Embora o artigo art. 112, I, do CP disponha que: “a prescrição executória começa a correr: I - do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional”, de modo que, em sua literalidade, o termo inicial seria apenas o trânsito em julgado para acusação. O STF entendeu que: “A prescrição da pretensão executória, no que pressupõe quadro a revelar a possibilidade de execução da pena, tem como marco inicial o trânsito em julgado, para ambas as partes, da condenação (AI 794971 AgR)”. Da mesma forma a 3ª Seção do STJ: “O termo inicial da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória é o trânsito em julgado para ambas as partes (AgRg no REsp 1.983.259-PR)”.

A alternativa E está correta. O STJ, no julgamento do HC 408.736-ES, veiculado no informativo 619, entendeu que: “Havendo dúvida resultante da omissão cartória em certificar a data de recebimento da sentença conforme o art. 389 do CPP, não se pode presumir a data de publicação com o mero lançamento de movimentação dos autos na internet, a fim de se verificar a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva.” Neste sentido, conforme o STJ, sob a óptica do direito penal, o “simples registro de movimentação dos autos físicos na internet, tem cunho meramente informativo e não vinculativo”, de modo que tal evento não possui o condão de interromper o lapso prescricional, na forma do art. 117, IV, do CP. Vale destacar que “a publicação da sentença é ato complexo que se compraz com o recebimento da sentença pelo escrivão, com a lavratura nos autos do respectivo termo e com o registro em livro especialmente destinado para esse fim. Nesse sentido, a publicidade da sentença se apresenta como requisito indispensável à própria existência do ato, retirando-lhe o caráter eminentemente particular e privado, para que possa ser adjetivado como um autêntico ato processual.”

QUESTÃO 62. A respeito da ação penal, assinale a opção correta.

- a) A representação é irretratável somente depois de recebida a denúncia.
- b) A renúncia meramente tácita não impede o exercício do direito de queixa.
- c) O perdão, se recusado pelo agente do crime, não produz efeito.
- d) É inadmissível o perdão após o recebimento da denúncia.
- e) O perdão do ofendido, nos casos em que somente se procede mediante representação, obsta o prosseguimento da ação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.



A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 25 do CPP: “A representação será irrevogável, depois de oferecida a denúncia”. Portanto, a alternativa está incorreta, pois o marco temporal é o oferecimento da denúncia e não o recebimento.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 104 do CP: “o direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado”. Conforme a doutrina, a renúncia pode ser expressa e tácita. Será expressa quando há declaração assinada para tal fim, pelo ofendido, seu representante legal ou procurador com poderes especiais, que não precisa ser advogado (art. 50 do CPP). A renúncia tácita, ao seu turno, é retratada no art. 104, parágrafo único, do CP, o qual expressa: “Importa renúncia tácita ao direito de queixa a prática de ato incompatível com a vontade de exercê-lo”.

A alternativa C está correta. O Perdão, tratado nos artigos 105 e seguintes do CP, é a manifestação do ofendido ou de seu representante legal, após o oferecimento da queixa-crime, que busca a desistência da ação penal privada, o qual pode ser expresso ou tácito. Conforme o artigo 106, III, do CP, tal ato é bilateral, pois, se o querelado o recusa, este não produz efeito.

A alternativa D está incorreta. Conforme o artigo 106, §2º, do CP: “Não é admissível o perdão depois que passa em julgado a sentença condenatória”. Portanto, o prazo fatal para o perdão é o trânsito em julgado da sentença.

A alternativa E está incorreta. O perdão se restringe às ações penais privadas, de modo que, nas ações penais que se procedem mediante representação, esta não é cabível, à luz do artigo 105 do CP: “O perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento da ação”.

QUESTÃO 63. No que diz respeito aos princípios, aos sistemas e às normas processuais penais, julgue os itens a seguir.

I. A decisão que, sem a oitiva prévia da defesa, determina a transferência ou a permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal viola os princípios do contraditório e do devido processo.

II. No ordenamento jurídico brasileiro, em regra, a aplicação da lei processual penal rege-se pelo princípio do *tempus regit actum*.

III. Segundo a doutrina majoritária, o sistema inquisitório é caracterizado pela presença de partes distintas (*actum trium personarum*), contrapondo-se acusação e defesa em igualdade de condições, sobrepondo-se a ambas um juiz equidistante e imparcial.

IV. A lei processual penal brasileira veda a adoção das regras de hermenêutica jurídica *ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositio* (onde há a mesma razão de ser, deve prevalecer a mesma razão de decidir) e *ubi eadem ratio ibi idem jus* (onde há o mesmo fundamento, há o mesmo direito).

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O item I está incorreto à luz da Súmula 639 do STJ: “Não fere o contraditório e o devido processo decisório que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal.”. Quanto ao item II, o artigo 2º do CPP não traz exceções à regra do *tempus regit actum*, de modo que a expressão “em regra”, torna o item incorreto. O item III está incorreto, pois a alternativa conceituou o sistema acusatório. O sistema inquisitório, na verdade, se caracteriza pela fusão da função do julgador e acusador, não havendo paridade de armas. Por fim, o item IV está errado, pois tais regras de hermenêuticas são aplicáveis no processo penal diante da lacuna legal.

A alternativa B está incorreta. Conforme alternativa “A”

A alternativa C está incorreta. Conforme alternativa “A”

A alternativa D está incorreta. Conforme alternativa “A”

A alternativa E está incorreta. Conforme alternativa “A”

QUESTÃO 64. Acerca dos sistemas de investigação criminal e do inquérito policial, julgue os próximos itens.

I. Após a conclusão de seus trabalhos, as comissões parlamentares de inquérito (CPI) têm competência para, se for o caso, promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

II. É defeso ao Ministério Público realizar diretamente a investigação de crimes, porquanto inexistente no texto constitucional expressa atribuição dessa função ao parquet.

III. o direito do defensor, no interesse do representado, de ter acesso amplo aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa abrange diligências ainda em andamento e elementos ainda não documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária.

IV. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é cabível a anulação de processo penal em razão de eventuais irregularidades verificadas em inquérito policial, uma vez que as nulidades processuais não têm relação somente com os defeitos de ordem jurídica pelos quais tenham sido afetados os atos praticados ao longo da ação penal condenatória.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas os itens I e II estão certos.

c) Apenas os itens I e IV estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Apenas os itens III e IV estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O item I está incorreto, pois a parte final do artigo 58,§3º, da CF prevê que “As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais(...), sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.”, sendo assim, a apuração cabe ao Ministério Público e não



à comissão. O item II está incorreto, pois o STF decidiu, com base na teoria dos poderes implícitos, no bojo do Tema 184 de Repercussão Geral (RE 593727), que: “O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado.” O poder de investigação também está regulamentado na Resolução 181/17 do CNMP. O item III está equivocado, pois afronta a Súmula Vinculante nº 14, a qual garante o direito ao Defensor de acesso dos elementos de prova já documentados. Por fim, o item IV está incorreto, pois a jurisprudência do STF entende que: “o inquérito é mera peça informativa, de que se serve o Ministério Público para o início da ação penal. É inviável anulação do processo penal por alegada irregularidade no inquérito, pois, segundo jurisprudência firmada neste Supremo Tribunal, as nulidades processuais concernem tão somente aos defeitos de ordem jurídica pelos quais afetados os atos praticados ao longo da ação penal condenatória (RHC 131.450/DF)”

A alternativa B está incorreta. Conforme alternativa “A”

A alternativa C está incorreta. Conforme alternativa “A”

A alternativa D está incorreta. Conforme alternativa “A”

A alternativa E está incorreta. Conforme alternativa “A”

QUESTÃO 65. Em relação à ação penal, julgue os itens seguintes.

I. De acordo com a jurisprudência do STF, a propositura da ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções é de legitimidade concorrente do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, mediante ação penal condicionada à representação do ofendido.

II. Segundo o Código de Processo Penal (CPP), nos crimes de ação penal de iniciativa privada, o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, produzindo efeito, inclusive, em relação ao que o recusar.

III. Conforme disposto no CPP, ao Ministério Público é facultada a desistência da ação penal em caso de convencimento da inexistência de razões para a condenação do réu.

IV. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e IV estão certos.

e) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme a Súmula 714 do STF: “É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.”



A alternativa B está incorreta. O Perdão é a manifestação do ofendido ou de seu representante legal, após o oferecimento da queixa-crime, que busca a desistência da ação penal privada, o qual pode ser expresso ou tácito. Conforme o artigo 106, III, do CP, tal ato é bilateral, pois, se o querelado o recusa, este não produz efeito. Neste sentido, o artigo 51 do CPP prevê: “O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar”.

A alternativa C está incorreta. Conforme a doutrina, um dos princípios da Ação Penal pública é a indisponibilidade, a qual está retratada no artigo 42 do CPP: “O Ministério Público não poderá desistir da ação penal”.

A alternativa D está incorreta. O STJ editou a Súmula 542, fixando que "a ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada". Tal entendimento está de acordo com o artigo 41 da Lei Maria da Penha, o qual veda a aplicação da lei 9.099/95 aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher

A alternativa E está incorreta. Conforme os comentários anteriores.

QUESTÃO 66. No que diz respeito à jurisdição e competência penais, julgue os itens que se seguem.

I. De acordo com a jurisprudência do STJ, inexistente conflito de competência quando há sentença com trânsito em julgado proferida por um dos juízos conflitantes.

II. Consoante a jurisprudência do STF, é absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

III. Conforme a jurisprudência do STF, a atração por continência ou conexão do processo do corrêu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados infringe as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal.

IV. Nos termos do CPP, a precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) I, II e III.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O item III está errado, pois, conforme a súmula 704 do STF: “Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corrêu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.”

A alternativa B está correta. Conforme a Súmula 59 do STJ: “Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes”. Ademais, nos termos do artigo 75 do CPP: “A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.”



A alternativa C está incorreta. O item II está errado, pois, à luz da súmula 706 do STF: “É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção, a qual deve ser arguida oportuna e tempestivamente, sob pena de preclusão.”

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários acima.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários acima.

QUESTÃO 67. Conforme o CPP, a exceção cuja arguição, em regra, precederá às demais é a de:

a) incompetência de juízo.

b) litispendência.

c) coisa julgada.

c) suspeição.

e) ilegitimidade de parte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Conforme o artigo art. 96 do CPP: “A arguição de suspeição precederá a qualquer outra, salvo quando fundada em motivo superveniente.”

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da letra A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da letra A.

A alternativa D está correta. Conforme comentários da letra A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da letra A.

QUESTÃO 68. A respeito da relação jurídica processual e da prova, julgue os itens subsequentes.

I. Conquanto esteja incorporada ao direito processual penal mediante disposições doutrinárias jurisprudenciais, a aplicação da teoria dos frutos da árvore envenenada (*fruits of the poisonous tree*) carece de previsão legal no ordenamento jurídico pátrio.

II. Segundo a jurisprudência do STJ, a absoluta identidade de partes entre o processo de que se empresta a prova e o processo para o qual esta é emprestada é necessária para a observância do devido processo legal e do contraditório.

III. O CPP dispõe que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

IV. Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.



c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O item I está incorreto, pois o artigo 157,§1º, do CPP adotou, de forma expressa a teoria dos frutos da árvore envenenada: “§ 1o São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.” O item II também está equivocado, uma vez que o STJ entende que "a prova emprestada não pode se restringir a processos em que figurem partes idênticas, sob pena de se reduzir excessivamente sua aplicabilidade, sem justificativa razoável para tanto. (RHC n. 157.715/PR)".

A alternativa B está incorreta. Conforme a letra A.

A alternativa C está incorreta. Conforme a letra A.

A alternativa D está correta. O item III está correto e expressa a teoria do livre convencimento motivado, a qual está insculpida no artigo 155 do CPP: “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.”. O item IV também está correto, pois o artigo 258 do CPP estabelece que: “Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.”

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários acima.

QUESTÃO 69. Acerca das medidas cautelares, da prisão e da liberdade provisória, julgue os itens a seguir, com base no CPP.

I. As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

II. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

III. Considera-se em flagrante delito quem: esteja cometendo a infração penal; tenha acabado de cometê-la, seja perseguido, logo após a infração, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser aquele o autor da infração; ou seja encontrado, logo depois da infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

IV. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

Assinale a opção correta.



- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme a letra E.

A alternativa B está incorreta. Conforme a letra E.

A alternativa C está incorreta. Conforme a letra E.

A alternativa D está incorreta. Conforme a letra E.

A alternativa E está correta. O item I está correto, nos termos no artigo 282,§2º do CPP: “As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.”. O item II está correto, sendo esta expressão da cláusula *rebus sic stantibus*, a qual é trazida no artigo 282,§5º, do CPP: “O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.” O item III também está correto, à luz do artigo 302, I a IV, do CPP: “art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: I - está cometendo a infração penal; II - acaba de cometê-la; III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.”. Por fim, item IV está correto, conforme o artigo 313 do CPP: “Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.”

QUESTÃO 70. No que tange aos atos processuais e ao procedimento comum, julgue os itens subsecutivos.

I. De acordo com a *emendatio libelli*, o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou na queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena à mais grave.

II. Verifica-se a *mutatio libelli* quando, encerrada a instrução probatória, o Ministério Público entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova, existente nos autos, de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, devendo o parquet aditar a denúncia ou queixa no prazo de cinco dias.

III. Na audiência de instrução e julgamento, em especial nas que apurem crimes contra a dignidade sexual, compete privativamente ao juiz zelar pela integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa.

IV. Compete ao STF processar e julgar, originariamente, a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

Assinale a opção correta.



- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O item I está correto, pois o artigo 383 do CPP conceitua a *emendatio libeli*, nos seguintes termos: “O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.”. O item II também está correto, pois traz a definição da *mutatio libeli* insculpida no artigo 384 do CPP: “Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa(...)”.

A alternativa B está incorreta. O item IV está equivocado, pois tal função, desde a EC 45/04, é do STJ, nos termos do artigo 105, i, da CF: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: (...) i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;”.

A alternativa C está incorreta. O item III está incorreto, pois, conforme o artigo 400-A do CPP, incluído pela Lei nº 14.245, de 2021 (Lei Mariana Ferrer), é dever de: “todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão zelar pela integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo”.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários acima.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários acima”

QUESTÃO 71. A luz da Lei n.o 9.099/1995, assinale a opção correta em relação aos juizados especiais criminais.

- a) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, deverão ser observados os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
- b) Nos juizados especiais criminais, a pronúncia de nulidade prescinde da existência de prejuízo.
- c) O juizado especial criminal, provido exclusivamente por juízes togados, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
- d) Nos termos da referida lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a quatro anos, cumulada ou não com multa, são considerados infrações penais de menor potencial ofensivo.
- e) O processo perante o juizado especial será orientado pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, objetivando-se, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.



Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 60, parágrafo único, da Lei 9.099/95: “Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.”. Portanto, a afirmação está correta.

A alternativa B está incorreta. O artigo 65, §1º, da Lei 9.099/95 traz, de forma expressa o princípio da ausência de nulidade sem prejuízo (*Pas de nullité sans grief*): “Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.”

A alternativa C está incorreta. O artigo 60, *caput*, da Lei 9.099/95, estabelece que o Juizado Especial Criminal será provido por juízes togados ou togados e leigos e terá competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência..

A alternativa D está incorreta. As infrações de menor potencial ofensivo são, à luz do artigo 61 da Lei 9.099/95, as “as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.

A alternativa E está incorreta. Conforme o artigo 61 da Lei 9.099/95, o processo perante o juizado especial será orientado pela informalidade e, sempre que possível, visará a aplicação de pena não privativa de liberdade.

QUESTÃO 72. Considerando as disposições do CPP acerca das nulidades, julgue os itens seguintes.

I. Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.

II. A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

III. A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.

IV. As omissões da denúncia ou da queixa, da representação, ou, nos processos das contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante poderão ser supridas a todo tempo, antes da sentença final.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item IV está certo.

c) Apenas os itens I, II e III estão certos.

d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme a letra E.



A alternativa B está incorreta. Conforme a letra E.

A alternativa C está incorreta. Conforme a letra E.

A alternativa D está incorreta. Conforme a letra E.

A alternativa E está correta. O item I está correto, nos termos no artigo 565 do CPP: “Nenhuma das partes poderá argüir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.”. O item II está correto, conforme o artigo 567 do CPP: “A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente”. O Item III também está correto, à luz do artigo 568 CPP: “A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.”. Por fim, item IV está correto, conforme o artigo 569 do CPP: “As omissões da denúncia ou da queixa, da representação, ou, nos processos das contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante, poderão ser supridas a todo o tempo, antes da sentença final.”

QUESTÃO 73. O efeito regressivo, iterativo ou diferido está presente

a) Na apelação.

b) No mandado de segurança.

c) No recurso especial.

d) No recurso extraordinário.

e) No recurso em sentido estrito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme a letra E.

A alternativa B está incorreta. Conforme a letra E.

A alternativa C está incorreta. Conforme a letra E.

A alternativa D está incorreta. Conforme a letra E.

A alternativa E está correta. O efeito regressivo encerra a possibilidade do juízo de origem (juízo *a quo*), na análise do recurso, reformar a própria decisão, acolhendo o pleito da parte recorrente. O CPP prevê tal efeito para o RESE, através do artigo 589: “Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de dois dias, reformará ou sustentará o seu despacho”.

QUESTÃO 74. Assinale a opção correta com base na Lei n.º 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).

a) É legítima a decretação, pela autoridade administrativa, de isolamento preventivo do preso que houver cometido falta disciplinar, por até quinze dias, no interesse da disciplina e da averiguação do fato, independentemente de despacho do juízo competente.

b) O Ministério Público, o Conselho Penitenciário e Defensoria Pública são órgãos de execução penal.

c) As disposições da Lei de Execução Penal referentes aos deveres do condenado não se aplicam ao preso provisório.



d) Das decisões proferidas pelo juiz cabe recurso de agravo, com efeito suspensivo.

e) Além do sentenciado, apenas o Ministério Público e o Conselho Penitenciário detêm competência para suscitar incidente de excesso ou desvio de execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O prazo máximo de duração do isolamento preventivo é de 10 dias, conforme o art. 60, caput, da Lei de Execução Penal.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 61 da Lei de Execução Penal, são órgãos da execução penal: 1) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; 2) Juízo de Execução; 3) Ministério Público; 4) Conselho Penitenciário; 5) Departamentos Penitenciários; 6) Patronato; 7) Conselho da Comunidade; e 8) Defensoria Pública.

A alternativa C está incorreta. O parágrafo único do art. 39 expressamente prevê a aplicação dos deveres elencados ao preso provisório, no que couber.

A alternativa D está incorreta. Via de regra, conforme expressa previsão legal da parte final do art. 197 da Lei de Execução Penal, o recurso de agravo em execução não é dotado de efeito suspensivo. Contudo, é possível a concessão de efeito suspensivo diante das especificidades do caso concreto, desde que feito de forma fundamentada.

A alternativa E está incorreta. O art. 186 da Lei de Execução Penal prevê, em seu art. 186, que poderão suscitar o incidente de excesso ou desvio de execução o Ministério Público, o Conselho Penitenciário, o sentenciado ou qualquer dos demais órgãos da execução penal.

QUESTÃO 75. Quanto à audiência de custódia, assinale a opção correta de acordo com a Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

a) Toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, deve ser apresentada, em até 48 horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial competente e ouvida quanto às circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.

b) Após a oitiva da pessoa presa em flagrante delito, o juiz deverá deferir à defesa técnica e ao Ministério Público, nesta ordem, reperguntas compatíveis com a natureza do ato e indeferir as perguntas relativas ao mérito dos fatos que possam constituir eventual imputação.

c) Se a autoridade judicial entender que há indícios da prática de tortura, deverá ser determinado o registro das informações, adotando-se as providências cabíveis para a investigação da denúncia e preservação da segurança física e psicológica da vítima, que será encaminhada para atendimento médico e psicossocial especializado.

d) A audiência de custódia será realizada na presença do Ministério Público, da Defensoria Pública, caso a pessoa detida não possua defensor constituído no momento da lavratura do auto de prisão em flagrante, bem como dos agentes policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação.

e) Proferida decisão que resultar no relaxamento da prisão em flagrante, a pessoa presa em flagrante delito deverá ser colocada em liberdade em até 24 horas, mediante a expedição de alvará de soltura, salvo se por outro motivo tenha que continuar presa.

Comentários



A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O art. 1º da Resolução n.º 213/2015 prevê que será de 24 horas o prazo para apresentação do agente preso em flagrante à autoridade judicial competente.

A alternativa B está incorreta. O art. 8º, §1º dispõe que as reperguntas serão feitas primeiramente pelo Ministério Público e após pela defesa, conforme se vê: “após a oitiva da pessoa presa em flagrante delito, o juiz deferirá ao Ministério Público e à defesa técnica, nesta ordem, reperguntas compatíveis com a natureza do ato, devendo indeferir as perguntas relativas ao mérito dos fatos que possam constituir eventual imputação”.

A alternativa C está correta. A Resolução nº 213/2015 traz, em sua parte final, providências a serem adotados pelos magistrados em caso de apuração de indícios de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, de forma a garantir a segurança da pessoa custodiada. Entre as medidas que podem ser tomadas no contexto em análise está a possibilidade de se determinar medidas tendentes a garantir imediato atendimento de saúde integral da pessoa vítima de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, visando reduzir os danos e o sofrimento físico e mental e a possibilidade de elaborar e resignificar a experiência vividas. Também é cabível a aplicação, de ofício, de medidas protetivas para a garantia da segurança e integridade da pessoa custodiada, de seus familiares e de eventuais testemunhas, entre elas a transferência imediata da custódia, com substituição de sua responsabilidade para outro órgão ou para outros agentes; a imposição de liberdade provisória, independente da existência dos requisitos que autorizem a conversão em prisão preventiva, sempre que não for possível garantir a segurança e a integridade da pessoa custodiada; e outras medidas necessárias à garantia da segurança e integridade da pessoa custodiada.

A alternativa D está incorreta. O art. 4º, parágrafo único, veda a presença dos agentes policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação durante a audiência de custódia.

A alternativa E está incorreta. Conforme o art. 8º, § 5º, a pessoa detida em flagrante deverá ser prontamente colocada em liberdade, e não no prazo de 24 horas, como afirma a alternativa. Assim dispõe o mencionado artigo: “proferida a decisão que resultar no relaxamento da prisão em flagrante, na concessão da liberdade provisória sem ou com a imposição de medida cautelar alternativa à prisão, ou quando determinado o imediato arquivamento do inquérito, a pessoa presa em flagrante delito será prontamente colocada em liberdade, mediante a expedição de alvará de soltura, e será informada sobre seus direitos e obrigações, salvo se por outro motivo tenha que continuar presa”.

QUESTÃO 76. Em relação à educação quilombola e à Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assinale a opção correta.

a) As últimas alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram determinantes para a instituição de um programa específico de licenciatura para quilombolas, de modo a garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.

b) Um dos marcos mais importantes no âmbito da educação quilombola foi a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual passou a constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas quilombolas, indígenas e rurais, tendo a legislação reconhecido a importância de preservar os territórios étnico-educacionais, as especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade.



c) Não existem no Brasil estudantes, escolas ou docentes quilombolas suficientes a justificar a instituição de políticas públicas específicas para a educação quilombola, pois o currículo escolar rural já contempla as demandas específicas desse segmento populacional.

d) A formação específica e diferenciada dos docentes das escolas quilombolas bem como a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo são desnecessárias, dada a exitosa política de cotas para ingresso nas universidades brasileiras, que tem promovido o desenvolvimento e a inclusão de pessoas vulneráveis no mercado de trabalho.

e) O Plano Nacional de Educação Quilombola, aprovado em 2016 pelo Congresso Nacional, foi fundamental para a valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica, bem como para assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por quilombolas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A instituição de um programa específico de licenciatura para quilombolas, de modo a garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas foi uma deliberação prevista na Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2010.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 28, parágrafo único e do art. 78, I, da Lei nº 9.394/1996: “O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar”; e “O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;”.

A alternativa C está incorreta. Segundo o Censo Escolar de 2020, existem no Brasil 275.132 estudantes quilombolas, 2.526 escolas quilombolas e 51.252 docentes em escolas quilombolas. O currículo escolar rural não contempla as demandas específicas desse segmento populacional que são grupos diferenciados, possuindo formas próprias de organização social, com práticas geradas e transmitidas pela tradição e como forma de resistência.

A alternativa D está incorreta. A formação específica e diferenciada dos docentes das escolas quilombolas bem como a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo também foi uma deliberação da Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2010. A política de cotas para ingresso nas universidades brasileiras não tem sido suficiente para promover o desenvolvimento e a inclusão de pessoas vulneráveis no mercado de trabalho.

A alternativa E está incorreta. Não há esse documento.

QUESTÃO 77. No que se refere ao direito do detento à assistência religiosa em estabelecimentos prisionais civis e militares, assinale a opção correta.

a) De acordo com a lei, a autoridade do estabelecimento prisional pode estabelecer parcerias com entidades religiosas, priorizando as igrejas evangélicas e católicas, pois estas possuem condições



financeiras para construir capelas e disponibilizar gratuitamente pastores e padres para a assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais civis e militares.

b) Somente os padres e pastores com formação superior em teologia e com notório saber têm acesso garantido para prestar assistência religiosa aos detentos e são reconhecidas como parte integrante da equipe de assistência carcerária.

c) Recentemente, as autoridades religiosas perderam a garantia de acesso aos estabelecimentos prisionais para prestar assistência religiosa aos detentos, podendo, entretanto, enviar-lhes materiais religiosos, desde que vistoriados e a equipe carcerária se disponha a distribuí-los aos detentos.

d) Não há políticas específicas em vigor que se destinem a garantir o direito à diversidade religiosa na assistência em estabelecimentos prisionais civis e militares.

e) As pessoas em privação de liberdade adeptas das religiões tradicionais de matriz africana possuem o direito à assistência religiosa por autoridades do candomblé, pai ou mãe de santo, desde que estas sejam habilitadas e cumpram determinados requisitos estabelecidos em lei e normas para visitar o estabelecimento prisional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A assistência religiosa é garantida aos representantes de todas as crenças religiosas, em igualdade de condições. Nesse sentido, o parágrafo único do art. 3º da Lei de Execução Penal: “Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei. Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política”.

A alternativa B está incorreta. Segundo o art. 3º, IV, da Recomendação nº 119 do CNJ: “Recomenda-se que o exercício dos direitos à assistência e diversidade religiosa nos ambientes de privação e restrição de liberdade observe as seguintes diretrizes: IV - heterogeneidade na oferta e acesso, assegurada a mais ampla representatividade de religiões e crenças, a partir da identificação de pertencimento das pessoas privadas ou restritas de liberdade, bem como o respeito a todas as práticas religiosas, inclusive aquelas que envolvam aspectos e restrições alimentares, conformação de higiene, manejo do próprio corpo, acesso a artigos religiosos específicos, exceto se puderem ser utilizados como arma, e regras de vestuário;”. Além disso, a assistência religiosa não é parte integrante da equipe de assistência carcerária.

A alternativa C está incorreta. As autoridades religiosas têm garantia de acesso aos estabelecimentos prisionais para prestar assistência religiosa aos detentos, sendo inclusive um direito fundamental dos presos, conforme art. 5º, VII da CF/88: “VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;”.

A alternativa D está incorreta. Existem políticas específicas em vigor que se destinam a garantir o direito à diversidade religiosa na assistência em estabelecimentos prisionais civis e militares, dentre elas a tratada na Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e a Recomendação nº 119 de 2021 do CNJ.

A alternativa E está correta. Segundo o art. 3º, IV, da Recomendação nº 119 do CNJ: “Recomenda-se que o exercício dos direitos à assistência e diversidade religiosa nos ambientes de privação e restrição de liberdade observe as seguintes diretrizes: IV - heterogeneidade na oferta e acesso, assegurada a mais ampla representatividade de religiões e crenças, a partir da identificação de pertencimento das pessoas privadas ou restritas de liberdade, bem como o respeito a todas as práticas religiosas, inclusive aquelas que envolvam



aspectos e restrições alimentares, conformação de higiene, manejo do próprio corpo, acesso a artigos religiosos específicos, exceto se puderem ser utilizados como arma, e regras de vestuário;”.

QUESTÃO 78. Um integrante do conselho tutelar procurou o MP/BA para denunciar os pais de uma adolescente por maus tratos em razão da participação desta em ritos cerimoniais do candomblé, que consistiam em raspar a cabeça, manter restrições alimentares e andar com roupas brancas e colares com contas coloridas, além de adereços de cabeça e outros símbolos sagrados. Em sua denúncia, o integrante do conselho tutelar solicitou que o MP instaurasse inquérito para averiguar a responsabilidade dos pais da adolescente pela iniciação desta no candomblé.

Nessa situação hipotética, conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente,

a) A adolescente pode participar dos rituais sagrados livremente, sem a necessidade de consentimento escrito dos pais ou responsáveis legais, pois os ritos cerimoniais descritos não oferecem nenhum risco físico que afete o bem-estar da adolescente.

b) O MP/BA deve solicitar ao juiz da respectiva vara da infância e juventude o recolhimento da adolescente em um abrigo municipal, bem como o impedimento imediato da convivência dela com os pais e suscitar o argumento de que estes violaram o direito da filha à liberdade religiosa ao iniciá-la no candomblé.

c) A adolescente pode ser iniciada no candomblé, religião tradicional de matriz africana, dado o direito de transmissão familiar de crenças e culturas, desde que mediante o consentimento dos pais ou responsáveis legais e respeitados os aspectos éticos, culturais e legais envolvidos, levando-se em consideração o bem-estar da adolescente.

d) Os pais da adolescente devem responder por iniciação ilegal a culto religioso e por lesão corporal por permitir que a filha raspasse a cabeça, devendo o MP solicitar ao juiz da vara da infância e adolescência o afastamento da adolescente do convívio familiar.

e) A adolescente pode ser iniciada no candomblé ou em qualquer religião tradicional de matriz africana, dado o direito conferido a crianças e adolescente de optar por suas crenças e culturas, independentemente de autorização por escrito dos pais ou responsáveis legais, desde que a autoridade religiosa do terreiro respeite o bem-estar da adolescente, após o ritual sagrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão acerca da necessidade de autorização por escrito dos pais ou responsáveis legais para que a criança ou adolescente exerça seu direito à liberdade de crença e culto religioso

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa E está incorreta. A adolescente pode ser iniciada no candomblé ou em qualquer religião tradicional de matriz africana, dado o direito conferido a crianças e adolescente de optar por suas crenças e culturas, nos termos do art. 16, III, ECA, segundo o qual “Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: III - crença e culto religioso;”. Ademais, não há previsão acerca da necessidade de autorização por escrito dos pais ou responsáveis legais para que a criança ou adolescente exerça seu direito



à liberdade de crença e culto religioso, sendo necessário apenas que a autoridade religiosa respeite o bem-estar da adolescente.

Texto 1A08

Ativistas do movimento negro apresentaram denúncia ao MP/BA contra uma empresa multinacional de tecnologia da informação por esta disponibilizar, em sua loja virtual, *download* de um jogo eletrônico que simula práticas da escravidão.

Segundo a página virtual da empresa, o objetivo do jogo consiste em fazer um proprietário de escravos "extrair lucros, impor castigos físicos, evitar rebeliões e fugas" e, de acordo com as regras do jogo, o escravocrata pode treinar seus escravos para aumentar seu nível de maestria e renda, explorando 3 tipos de escravos: trabalhadores, gladiadores e escravos de prazer. "Compre-os e venda-os", diz a regra.

Foram feitos milhares de *downloads* do referido jogo em várias regiões do país e, nos comentários dos jogadores, há mensagens de ódio e satisfação com o teor do jogo.

QUESTÃO 79. Considerando a situação hipotética apresentada no texto 1A08, assinale a opção correta.

a) A instauração de notícia de fato pelo MP contra a empresa multinacional e os desenvolvedores do referido jogo eletrônico configuraria medida excessiva porque embasada em atitude revanchista, visto que, passados mais de 130 anos da abolição, a população brasileira já superou a história da escravidão no país, não cabendo mais discussão sobre eventual reparação histórica da escravidão.

b) Recebida a denúncia, o MP/BA não pode instaurar procedimento para apurar o teor racista do jogo que simula práticas de escravidão nem expedir ofício para que a empresa multinacional preste informações específicas sobre o produto oferecido para *download*, uma vez que o Brasil tem leis específicas que garantem a liberdade de expressão.

c) Caso o promotor designado para o caso observe uma notificação na abertura do jogo, na qual seja ressaltado que o jogo se destina exclusivamente ao entretenimento, sendo fictício todo o seu conteúdo e não estando ele vinculado a eventos históricos específicos, e que tanto os seus desenvolvedores quanto a empresa multinacional condenam a escravidão em qualquer forma, não se verifica justa causa para a notícia de fato nem ofensa aos princípios fundamentais, nem violação dos valores éticos e morais no desenvolvimento do jogo, assim como não se identifica violência ou incitação ao ódio contra indivíduos ou grupos com base em raça ou origem étnica.

d) A exclusão do jogo da página da empresa multinacional seria suficiente para o MP não instaurar notícia de fato, o que eximiria a empresa de sua responsabilidade bem como isentaria de responsabilidade os desenvolvedores do jogo e os usuários da plataforma digital.

e) A empresa multinacional, os desenvolvedores do jogo e as pessoas que fizeram o *download* podem responder criminalmente por prática de disseminação do racismo e de discriminação racial, e a promoção do jogo racista pode ser considerada uma forma de incitação ao ódio racial e de apologia a uma suposta supremacia branca para controle dos escravizados negros, ao argumento de que o jogo representa uma ofensa à memória histórica dos afrodescendentes, perpetuando estereótipos racistas e banalizando o sofrimento do povo negro escravizado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A instauração de notícia de fato pelo MP contra a empresa multinacional e os desenvolvedores do referido jogo eletrônico configura medida adequada, pois o jogo apresenta conteúdo



criminoso e desrespeitoso ao simular a escravidão, promovendo a discriminação racial e violando os direitos humanos.

A alternativa B está incorreta. Recebida a denúncia, o MP/BA pode instaurar procedimento para apurar o teor racista do jogo que simula práticas de escravidão e expedir ofício para que a empresa multinacional preste informações específicas sobre o produto oferecido para *download*, uma vez que a liberdade de expressão não garante o direito à discriminação e ao discurso de ódio. Nesse sentido, o entendimento do STF (HC 82.424): "(...) 13. Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. 14. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal (CF, artigo 5º, § 2º, primeira parte). O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o "direito à incitação ao racismo", dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica."

A alternativa C está incorreta, pois não afasta a justa causa para a notícia de fato. O racismo recreativo é tipificado na Lei nº 7.716, prevendo, inclusive, no art. 20-A, uma causa de aumento: "Os crimes previstos nesta Lei terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação."

A alternativa D está incorreta. A exclusão do jogo da página da empresa multinacional não impede a instauração de notícia de fato, nem exime a empresa, os desenvolvedores do jogo e os usuários da plataforma digital de suas responsabilidades. Segundo o art. 20 da Lei nº 7.716, o crime estará configurado quando o agente: "Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional."

A alternativa E está correta. A empresa multinacional, os desenvolvedores do jogo e as pessoas que fizeram o *download* também podem responder criminalmente por prática de disseminação do racismo e de discriminação racial.

QUESTÃO 80 - Em relação à situação hipotética apresentada no texto 1A08 assinale a opção correta com base no que dispõe a Lei n.º 8.078/1990.

A) Não é cabível a propositura de ACP por meio de entidades da sociedade civil organizada, pois não se verifica concretamente danos causados ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos, bem como não se observa nenhuma ofensa aos interesses difusos, pois trata-se de liberdade de expressão, tendo o jogo claro objetivo pedagógico e de entretenimento.

B) Trata-se de racismo estrutural e de ofensa à honra subjetiva de crianças, adolescentes e jovens, que, praticados pela empresa denunciada, repercutiram em todo o território nacional; nos termos da lei, se o dano real ou potencial tiver alcance nacional ou regional, a competência será do foro da comarca da capital do estado ou do Distrito Federal.

C) Com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, o cabimento de ACP, disciplinada na Lei n.º 7.347/1985, deixou de ser instrumento hábil para a tutela dos direitos da população negra em situações de discriminação racial, não sendo aplicável também aos casos de desigualdade étnica.



D) Trata-se de racismo estrutural bem como de ofensa à honra subjetiva de crianças, adolescentes e jovens, praticados pela empresa denunciada e que repercutiram em todo o território nacional, não tendo a justiça federal nos termos da lei, competência para atuar no caso visto que a relação é de consumo.

E) A competência judicial funcional para processar e julgar a causa deve observar a sede da empresa que desenvolveu o jogo para determinar o local do dano e o foro do lugar, portanto, ter conhecimento do local onde a empresa está estabelecida é determinante para a definição da competência funcional para processar e julgar a suposta causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Há danos ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais e étnicos, bem como há ofensa aos interesses difusos. O jogo objeto da ACP simula e revive a escravização, mesmo que a CF traga a liberdade de expressão como direito fundamental, tal direito não é absoluto a ponto de legitimar tal matéria objeto do jogo.

A alternativa B está correta. De fato ficou caracterizado racismo estrutural que apresenta ofensa à honra de todos aqueles expostos ao jogo, e competência da demanda será conforme a potencialidade do dano gerado, conforme artigo 2º da Lei 7.347/85: “Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa”.

A alternativa C está incorreta. O Estatuto da Igualdade Racial em nada modificou a aplicação da ACP para ofensas como a proposta pelo texto, mesmo porque o sistema de tutela coletiva no Brasil é composto de várias leis, as quais devem ser interpretadas e aplicadas em conjunto, em um efetivo diálogo de fontes.

A alternativa D está incorreta. Como dito acima, competência para julgamento será conforme o dano em potencial da ação, caso tenha repercussão nacional ou internacional, a Justiça Federal terá competência para processamento e julgamento da demanda.

A alternativa E está incorreta. Conforme acima já mencionado, o foro para julgamento será conforme o dano apresentado ou em potencial, não sendo pertinente a discussão sobre a sede da empresa, conforme artigo 2º da Lei 7.347/85: “Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa”.

QUESTÃO 81 - Uma incursão policial foi realizada em determinada comunidade urbana por um grupo de 40 a 80 policiais civis e militares de várias delegacias de uma cidade. Durante a operação, os policiais invadiram pelo menos cinco casas, sem mandado judicial e sem flagrante em andamento, tendo surgido diversas provas contundentes de que os mesmos policiais começaram a disparar contra os ocupantes das casas e levaram os corpos, cobertos por cobertores, à praça principal da comunidade. Há também acusações de atos de violência sexual que os referidos policiais teriam praticado, em duas das casas invadidas, contra três jovens, duas das quais eram meninas de 15 e 16 anos de idade. Estima-se, entre as vítimas fatais de violência policial, a predominância de jovens negros pobres e desarmados.

Em face desse caso hipotético, assinale a opção correta.

A) Entre as medidas normativas existentes para enfrentar o problema evidenciado na situação, o controle externo da atividade policial por meio do MP é fundamental para a apuração dos fatos, para coibir a violência letal e o abuso da autoridade policial.



B) Cabe às ouvidorias das respectivas polícias militar e civil apurar possível violação da abordagem e excesso policial, não cabendo ao MP atuar no caso, pois as atividades desenvolvidas pela polícia e pelo Poder Judiciário são independentes e não se conectam.

C) As condutas perpetradas pelos agentes públicos durante as incursões policiais são sempre técnicas, e a estimativa em relação ao alto índice de jovens negros mortos na operação policial em tela não pode ser considerada para a discussão de indicio de racismo estrutural na corporação.

D) O mito da impunidade das violações de direitos humanos praticadas por autoridades policiais em incursões nas comunidades brasileiras é desconstruído pela capacidade dos estados em realizar investigação policial eficiente e pelo pleno funcionamento das engrenagens da justiça para apurar as condutas das polícias, dispensando-se o controle judicial pelo MP.

E) Com o advento da tecnologia e da conseqüente modernização das técnicas de perícia dos órgãos de segurança do Estado, não há registros de impunidade policial, sendo os casos de execução sumária e arbitrária, como o sugerido na situação em apreço, investigados de maneira adequada e célere.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Uma das funções do MP é exatamente a de controle externo da atividade policial, como dispõe o artigo 129, VII, da CF: “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior”.

A alternativa B está incorreta. As ouvidorias, embora cumpram um papel importante no controle da atividade policial, não apuram com exclusividade as condutas e atividades desenvolvidas pela policial, cabendo também ao MP exercer tal controle, conforme acima já fundamentado.

A alternativa C está incorreta. Não há como afirmar que todas as condutas perpetradas são estritamente técnicas, já que o próprio enunciado traz conduta totalmente fora da técnica esperada pela atividade policial; ainda, o racismo estrutural deve ser considerado como fator para o alto índice de mortos.

A alternativa D está incorreta. Diferente do proposto na alternativa, não há uma alta capacidade dos Estados para realizar investigações eficientes, tampouco um pleno funcionamento das engrenagens da justiça na apuração das condutas, não dispensando o controle judicial pelo MP.

A alternativa E está incorreta. Mesmo com a globalização e aumento dos mecanismos de registro das condutas, ainda há casos de impunidade policial, em que seu julgamento não costuma ser célere ou adequado.

QUESTÃO 82 - Empresas de segurança privada e estabelecimentos comerciais estão sendo denunciados frequentemente ao MP/BA por perpetrarem o racismo estrutural, havendo, inclusive, vídeos que exibem espancamento e tortura de pessoas negras acusadas de pequenos furtos. Acerca desse tema e das atribuições do MP, assinale a opção correta.

A) Compete ao MP/BA celebrar termo de ajuste de conduta (TAC) com empresa acusada de praticar crime de racismo, mas o termo não pode exigir que a empresa adote práticas como capacitação de pessoal com vistas à sensibilização a respeito da temática racial, uma vez que essa medida fere a livre iniciativa e a livre concorrência, comprometendo atividades econômicas do estabelecimento comercial.



B) Não cabe ao MP/BA celebrar termo de ajuste de conduta (TAC) com empresa acusada de praticar crime de racismo, pois essa competência é atribuída ao Ministério Público Federal (MPF), órgão legalmente competente para a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, e de outros interesses sociais, difusos e coletivos.

C) O combate ao racismo estrutural e ao racismo direto e indireto, bem como sua prevenção e erradicação devem ser promovidos somente pelo Ministério Público da União (MPU), pois cabe a este o papel preponderante de fiscal da lei para dar efetividade aos direitos humanos garantidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e por normativas internacionais.

D) É atribuição do Ministério Público da União (MPU) e do MP estadual promover inquérito civil e ACP para a salvaguarda dos interesses difusos e coletivos, bem como averiguar denúncia contra empresa que não enfrenta o racismo estrutural.

E) A coibição de práticas e abordagens violentas, abusivas, desproporcionais, agressivas e letais é um dever exclusivo das empresas, sempre nos limites estabelecidos em lei, e não se estende ao Estado, que possui o monopólio da força, por isso não compete ao MP atuar nesses casos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Embora as condutas sejam graves, é cabível o TAC, inclusive para aplicação de medidas que imponham à empresa que adote condutas para capacitar seus funcionários, que em nada ofende a livre iniciativa, pois a própria estrutural da empresa criou o ambiente para o desenvolvimento da situação narrada na questão.

As alternativas B, C e E estão incorretas e a alternativa D está correta. O combate ao racismo deve ser atribuição de todos, não apenas do MPU; tanto o órgão estadual, como o federal, são aptos e competentes para impor medidas de combate a condutas racistas, logo, o MPBA pode celebrar TAC com a empresa, não sendo atribuição exclusiva do MPF, mesmo que a conduta combatida ofenda interesses sociais e individuais indisponíveis.

QUESTÃO 83. A respeito dos objetivos e efeitos da celebração do TAC, assinale a opção correta.

a) O TAC tem como objetivo principal resolver situações de não conformidade ou infração à lei bem como evitar processos legais por meio de regularização da situação por meio do acordo.

b) O TAC possui natureza de título executivo judicial.

c) A redação das cláusulas do TAC compete exclusivamente ao MP, sem a participação da parte infratora na discussão das cláusulas, pois casos que envolvam interesses difusos e coletivos não são sujeitos a negociação.

d) A assinatura do TAC não implica arquivamento e encerramento definitivo de outros inquéritos em andamento sobre o mesmo fato, ainda que as partes sejam contempladas nos termos do acordo, pois é prerrogativa das partes continuar diligenciando para que a sentença seja proferida para abarcar outros itens não contemplados no TAC.

e) O MP pode realizar fiscalizações periódicas para verificar o cumprimento do TAC, desde que haja cláusula expressa com essa previsão e mecanismos de acompanhamento e relatórios de progresso.

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, segundo o art. 1º da Resolução nº 179 do CNMP: "O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração."

A alternativa B está incorreta, pois, nos termos do art. 1º da Resolução nº 179 do CNMP, o TAC tem eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração.

A alternativa C está incorreta, uma vez que há negociação entre o MP e o compromissário, não devendo as cláusulas serem impostas unilateralmente. Tal dever fica claro nos arts. 1º, §4º, e 3º, §4º, da Resolução nº 179 do CNMP: "Caberá ao órgão do Ministério Público com atribuição para a celebração do compromisso de ajustamento de conduta decidir quanto à necessidade, conveniência e oportunidade de reuniões ou audiências públicas com a participação dos titulares dos direitos, entidades que os representem ou demais interessados.(...) Na fase de negociação e assinatura do compromisso de ajustamento de conduta, poderão os compromissários ser acompanhados ou representados por seus advogados, devendo-se juntar aos autos instrumento de mandato."

A alternativa D está incorreta, uma vez que a celebração do TAC pode ocasionar o arquivamento do inquérito civil pelos mesmos fatos, nos termos do art. 6º da Resolução nº 179 do CNMP: "Atentando às peculiaridades do respectivo ramo do Ministério Público, cada Conselho Superior disciplinará os mecanismos de fiscalização do cumprimento do compromisso de ajustamento de conduta tomado pelos órgãos de execução e a revisão pelo Órgão Superior do arquivamento do inquérito civil ou do procedimento no qual foi tomado o compromisso, observadas as regras gerais desta resolução."

A alternativa E está incorreta, pois não se exige a previsão de cláusula expressa para que o MP possa fiscalizar o cumprimento do TAC. Tal dever decorre diretamente da lei. Assim dispõe o art. 9º e seu parágrafo único da Resolução nº 179 do CNMP: "O órgão do Ministério Público que tomou o compromisso de ajustamento de conduta deverá diligenciar para fiscalizar o seu efetivo cumprimento, valendo-se, sempre que necessário e possível, de técnicos especializados. Parágrafo único. Poderão ser previstas no próprio compromisso de ajustamento de conduta obrigações consubstanciadas na periódica prestação de informações sobre a execução do acordo pelo compromissário."

QUESTÃO 84. Assinale a opção correta a respeito da Convenção nº 169 da OIT.

a) A autodeterminação dos povos tribais e indígenas prevista nessa convenção requer o consentimento do Estado, logo, segundo esse critério, deve-se respeitar, no Brasil, o marco temporal, ou seja, somente as comunidades tribais e indígenas que estavam ocupando seus territórios em 1988 possuem o direito à autodeterminação.

b) Essa convenção é aplicável a todos os povos indígenas, mas não contempla as comunidades quilombolas em território nacional.

c) Nesse instrumento internacional, não está previsto o mecanismo de consulta às populações tradicionais sobre ações do governo com impacto sobre seus direitos.

d) A referida convenção é um instrumento de proteção dos direitos humanos dos povos indígenas e tribais e determina que os governos respeitem a identidade étnica e cultural, os costumes e as tradições desses povos, e, para tanto, utiliza-se de duas premissas básicas e fundamentais: respeito e participação.



e) Essa convenção não é um instrumento jurídico utilizado para salvaguardar a integridade física, territorial e cultural das comunidades quilombolas e indígenas, pois a CF prevê possibilidade de reconhecimento e titulação das terras desses povos indígenas e tribais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A autodeterminação não requer o consentimento do Estado, e tampouco a convenção adota o critério do marco temporal. Segundo o art. 1º, 2, da Convenção nº 169 da OIT: “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.”.

A alternativa B está incorreta. A Convenção também contempla as comunidades quilombolas em território nacional. Segundo o art. 1º, 1, a, da Convenção nº 169 da OIT: “A presente Convenção aplica-se: a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;”.

A alternativa C está incorreta. O mecanismo de consulta está previsto no art. 6º, 1, a e b, da Convenção nº 169 da OIT: “1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;”.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 2º da Convenção nº 169 da OIT: “1. Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade. 2. Essa ação deverá incluir medidas: a) que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população; b) que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições; (...)”.

A alternativa E está incorreta. A Convenção é um instrumento jurídico utilizado para salvaguardar esses direitos. Segundo o art. 4º, 1 da Convenção nº 169 da OIT: “1. Deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados.”.

QUESTÃO 85. A respeito dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, assinale a opção correta.

a) Inexiste qualquer proteção criminal contra a homofobia, a transfobia e a violência baseada na orientação sexual e identidade de gênero, o que demonstra a falta de empenho do Estado no combate à violência e crimes de ódio contra as pessoas LGBTQIAPN+.

b) O casamento entre pessoas do mesmo sexo é legal e deve ser reconhecido em todo o país, o que garante aos casais LGBTQIAPN+ os mesmos direitos e proteções legais concedidos aos casais heterossexuais.



c) O direito à liberdade de expressão e associação é mitigado para as pessoas LGBTQIAPN+, pois a legislação brasileira não permite a livre expressão da identidade de gênero e orientação sexual, dado o risco de desnaturalização da família tradicional.

d) O direito à identidade de gênero é uma reivindicação histórica da comunidade LGBTQIAPN+, pois ainda hoje não há jurisprudência que reconheça o direito de as pessoas transgênero alterarem seu nome e gênero nos documentos oficiais sem a necessidade de cirurgia ou tratamento médico.

e) O direito à adoção de filhos por casais LGBTQIAPN+ só é garantido mediante decisão judicial ou anuência expressa dos genitores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme o entendimento do STF (ADO 26): “(...) Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”)”.

A alternativa B está correta. Segundo o entendimento do STF (ADI 4277 e ADPF 132): “O caput do art. 226 confere à família, base da sociedade, especial proteção do Estado. (...) Família em seu coloquial ou proverbial significado de núcleo doméstico, pouco importando se formal ou informalmente constituída, ou se integrada por casais heteroafetivos ou por pares homoafetivos. A Constituição de 1988, ao utilizar-se da expressão “família”, não limita sua formação a casais heteroafetivos nem a formalidade cartorária, celebração civil ou liturgia religiosa. (...) Isonomia entre casais heteroafetivos e pares homoafetivos que somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família. Família como figura central ou continente, de que tudo o mais é conteúdo. Imperiosidade da interpretação não-reducionista do conceito de família como instituição que também se forma por vias distintas do casamento civil. Avanço da Constituição Federal de 1988 no plano dos costumes. Caminhada na direção do pluralismo como categoria sócio-político-cultural. Competência do Supremo Tribunal Federal para manter, interpretativamente, o Texto Magno na posse do seu fundamental atributo da coerência, o que passa pela eliminação de preconceito quanto à orientação sexual das pessoas”.

A alternativa C está incorreta. A liberdade de expressão é um direito fundamental assegurado no art. 5º, IX, da CF/88: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;”. A pessoas LGBTQIAPN+ têm direito à livre expressão de sua identidade de gênero.

A alternativa D está incorreta. Conforme o entendimento do STF, em tese de Repercussão Geral (Tema 761- - Possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.): “I - O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa; (...)”.



A alternativa E está incorreta. Conforme o entendimento do STF (RE 846.102): “1. Se as uniões homoafetivas já são reconhecidas como entidade familiar, com origem em um vínculo afetivo, a merecer tutela legal, não há razão para limitar a adoção, criando obstáculos onde a lei não prevê. (...)”

QUESTÃO 86. Considerando a Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial, assinale a opção correta.

a) A referida lei não contempla artigos específicos para fomentar uma saúde específica para a população negra, pois a sua inclusão no Sistema Único de Saúde por meio de alteração legislativa criou a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

b) O Estatuto da Igualdade Racial garante a transversalidade da questão étnico-racial em cada temática objeto da ação governamental.

c) De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, as políticas de ação afirmativa e outras políticas públicas que tenham como objetivos a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra devem ser observadas nos planos plurianuais e orçamentos da União.

d) Nessa lei, não há menção à responsabilidade do poder público em inserir a população negra no mercado de trabalho, uma vez que as políticas de cotas raciais são suficientes para promover a ascensão social da população negra por meio da garantia de trabalho.

e) Esse estatuto não contempla artigos específicos para fomentar uma educação específica, pois o plano de educação instituído pelo Ministério da Educação atende às demandas da obrigatoriedade do estudo da história africana e afro-brasileira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Os arts. 6º a 8º da Lei nº 12.288 são dispositivos específicos quanto a essa temática. Dentre eles, determina o art. 8º, III: “Constituem objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: o fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra;”.

A alternativa B está incorreta, pois não há essa previsão na lei.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 56, *caput*, da Lei nº 12.288: “Na implementação dos programas e das ações constantes dos planos plurianuais e dos orçamentos anuais da União, deverão ser observadas as políticas de ação afirmativa a que se refere o inciso VII do art. 4º desta Lei e outras políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra, especialmente no que tange a:”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 38, *caput*, da Lei nº 12.288: “A implementação de políticas voltadas para a inclusão da população negra no mercado de trabalho será de responsabilidade do poder público, observando-se:”.

A alternativa E está incorreta. Os arts. 11 a 16 da Lei nº 12.288 são dispositivos específicos quanto a essa temática. Dentre eles, dispõe o art. 11, § 2º: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. § 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo.”.



QUESTÃO 87. A respeito do papel do MP na aplicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a opção correta.

a) É dispensável a presença do MP quando a pessoa com deficiência intelectual constitui advogado por meio de recursos próprios para definir a sua curatela, dada a presunção legal de que o patrono da causa saberá conduzir a ação judicial respeitando os direitos da pessoa com deficiência.

b) Não cabe ao MP fornecer orientações e informações sobre os direitos previstos no referido estatuto, pois é responsabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo promover a conscientização e o conhecimento a respeito da deficiência.

c) O MP pode ajuizar ações judiciais para proteger os direitos das pessoas com deficiência, buscando garantir a sua efetivação e responsabilizando aqueles que os violam, desde que haja consentimentos dos responsáveis legais.

d) De acordo com expressa vedação legal, o MP está impedido de estabelecer convênios e parcerias com entidades governamentais e não governamentais para a promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

e) O MP atua como fiscal da lei e defensor dos direitos das pessoas com deficiência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 752, § 1º, do CPC: “§1º O Ministério Público intervirá como fiscal da ordem jurídica”.

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público pode fornecer orientações e informações sobre os direitos da pessoa com deficiência. Segundo o art. 8º da Lei nº 13.146: “É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.”.

A alternativa C está incorreta. A adoção de medidas pelo Ministério Público não depende de consentimento dos responsáveis. Segundo o art. 1º da Lei nº 8.625: “Art. 1º O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”.

A alternativa D está incorreta. Não há vedação legal nesse sentido.

A alternativa E está correta. O Ministério Público atua como fiscal da lei e defensor dos direitos das pessoas com deficiência. Segundo o art. 79, §3º, da Lei nº 13.146: “A Defensoria Pública e o Ministério Público tomarão as medidas necessárias à garantia dos direitos previstos nesta Lei”.

QUESTÃO 88. Assinale a opção correta a respeito da proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro.



a) O tombamento é uma proteção legal flexível que estabelece parâmetros para a conservação e uso adequado de imóvel histórico, contribuindo pouco para a valorização das tradições afro-brasileiras e o respeito à diversidade religiosa.

b) O processo de tombamento, instrumento utilizado para a proteção do patrimônio histórico e cultural, é simples e célere, bastando, para a sua consecução, a simples comprovação do valor histórico do imóvel.

c) O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o objetivo de preservar saberes e práticas tradicionais, desenvolve iniciativas para identificar e inventariar territórios tradicionais de matriz africana, a fim de implementar ações de salvaguarda e manutenção desses sítios históricos.

d) Não há respaldo legal para o tombamento ou reconhecimento das casas de candomblé como patrimônio histórico e cultural brasileiro, pois templos religiosos não podem receber tratamento diferenciado, haja vista que o Estado é laico.

e) O tombamento é um instrumento legal para a proteção do patrimônio histórico e cultural, que, entretanto, pouco contribui para a preservação do patrimônio cultural, bens de valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico e ambiental, devido à burocracia e à falta de recursos do Estado para a manutenção dos bens tombados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O erro situa-se na expressão “contribuindo pouco para a valorização das tradições afro-brasileiras e o respeito à diversidade religiosa.” Há evidente divergência com § 1º do art. 216 da CRFB/88, transcrito a seguir: “§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” Ademais, é possível afirmar que o tombamento configura instrumento técnico-jurídico de proteção do patrimônio cultural brasileiro, que inclui tradições afro-brasileiras e o respeito à diversidade religiosa.

A alternativa B está incorreta, já que não é suficiente a simples comprovação do valor histórico do imóvel para fins de tombamento. Cabe acrescer a doutrina sobre o tombamento: “É procedimento administrativo, porque não se realiza em um único ato, mas numa sucessão de atos preparatórios, essenciais à validade do ato final, que é a inscrição no Livro do Tombo.” (Fonte: Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – Forense, 2018. p.216)

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do que dispõe a cartilha do Iphan sobre patrimônio cultural imaterial. Vejamos: “O IPHAN, com o objetivo de preservar saberes e práticas tradicionais, desenvolve iniciativas para identificar e inventariar os territórios tradicionais de matriz africana, a fim de implementar ações de salvaguarda e manutenção desses sítios históricos.” (Fonte: a Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Patrimônio Cultural Imaterial : para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. 3. ed. Brasília, DF : Iphan, 2012)

A alternativa D está incorreta, pois no ordenamento jurídico não há nenhuma vedação ao tombamento ou reconhecimento das casas de candomblé como patrimônio histórico e cultural brasileiro. Ademais, o art. 216, da Constituição dispõe sobre o que se considera patrimônio cultural. Vejamos: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações



científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

A alternativa E está incorreta. A expressão “pouco contribui para a preservação do patrimônio cultural” encontra-se equivocada, bem como diverge do teor do § 1º do art. 216 da CRFB/88, transcrito a seguir: “§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.”

QUESTÃO 89. Nos termos da Lei Complementar n.º 11/1996 do estado da Bahia, o governador do estado deverá efetivar a nomeação do procurador-geral de justiça

- a) A qualquer tempo, hipótese na qual assumirá, interinamente, o procurador-geral de justiça adjunto.
- b) Em até 30 dias do recebimento da lista tríplice e, caso o governador não cumpra esse prazo, deverá ser investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais antigo na carreira.
- c) Em até 15 dias do recebimento da lista tríplice e, caso o governador não cumpra esse prazo, deverá ser investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais votado pelos pares.
- d) Em até 30 dias do recebimento da lista tríplice, devendo ser investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais votado pelos pares, caso o governador não cumpra esse prazo.
- e) Em até 15 dias do recebimento da lista tríplice, devendo ser investido automaticamente no cargo o mais antigo na carreira, caso o governador não cumpra esse prazo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa C.

A alternativa C está correta. nos termos do art. 6º, §§ 6º e 7º, da Lei Complementar n.º 11/1996: “§6º O Procurador-Geral de Justiça encaminhará a lista tríplice, até o dia útil seguinte ao que a receber, ao Governador do Estado, cumprindo a este exercer, no prazo de 15 (quinze) dias, o seu direito de escolha” e “§ 7º Caso o Chefe do Poder Executivo não efetive a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, nos 15 (quinze) dias que se seguirem ao do recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais votado para exercício do mandato.”

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à alternativa C.

QUESTÃO 90. Segundo a Lei Complementar n.º 11/1996 do estado da Bahia, a ação civil de decretação de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público do Estado da Bahia (MP/BA) será ajuizada pelo procurador-geral de justiça

- a) Após deliberação do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP).
- b) Após deliberação de todo o Colégio de Procuradores de Justiça.



c) Após autorização do corregedor-geral.

d) Após deliberação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

e) De ofício, sem a necessidade de provocação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 18, IV e VI da Lei Complementar n. 11/1996, segundo o qual “Art. 18 - O Colégio de Procuradores de Justiça, órgão de administração superior do Ministério Público, é presidido pelo Procurador-Geral de Justiça e integrado por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe: IV - deliberar, por iniciativa de 1/3 (um terço) de seus integrantes ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público nos casos previstos nesta Lei; VI - autorizar, em caso de omissão do Órgão Especial e por maioria de seus integrantes, que o Procurador-Geral de Justiça ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público;”

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

QUESTÃO 91. De acordo com a Lei Complementar n.º 11/1996 do estado da Bahia, em se tratando de matéria disciplinar,

a) Prevalecerá a decisão mais prejudicial ao membro do Ministério Público.

b) O voto do procurador-geral de justiça será de qualidade caso haja empate.

c) Prevalecerá a decisão mais favorável ao membro do Ministério Público.

d) Será designada nova sessão de julgamento caso haja empate, intimando-se os ausentes para que possam definir o resultado.

e) Será chamado a votar o corregedor-geral de justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa C.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 15, XXII, da Lei Complementar n. 11/1996, segundo o qual “Art. 15 - Ao Procurador-Geral de Justiça compete: XXII - proferir voto de qualidade nos órgãos colegiados da administração superior, salvo em matéria disciplinar, quando prevalecerá a decisão mais favorável ao membro do Ministério Público;”

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à alternativa C.



QUESTÃO 92. Conforme disposto no capítulo das penalidades da Lei Complementar n.º 11/1996 do estado da Bahia, a disponibilidade do membro do Ministério Público

- a) Pode ser aplicada como medida cautelar decretada por ato fundamentado do procurador-geral de justiça, ouvido o CSMP, garantida a percepção integral dos vencimentos e das vantagens do cargo.
- b) É tipo de pena expressamente previsto para o afastamento do membro infrator de suas funções ordinárias.
- c) Pode ser aplicada como medida cautelar decretada por ato independente do procurador-geral de justiça, desde que fundamentado, garantida a percepção proporcional dos vencimentos e das vantagens do cargo.
- d) Pode ser aplicada como medida cautelar decretada por ato fundamentado do procurador-geral de justiça, ouvido o CSMP, garantida a percepção proporcional dos vencimentos e das vantagens do cargo.
- e) Pode ser aplicada como medida cautelar decretada pelo CSMP, garantida a percepção proporcional dos vencimentos e das vantagens do cargo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 226, *caput* e §2º, da Lei Complementar n. 11/1996, segundo o qual “Art. 226 - Será decretada, como providência cautelar e por ato fundamentado do Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, a disponibilidade do membro do Ministério Público, quando inconveniente o exercício das funções. § 2º - A disponibilidade prevista neste artigo assegura ao membro do Ministério Público a percepção de vencimentos e vantagens integrais do cargo. ”

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à alternativa A.

QUESTÃO 93. Conforme a Lei Complementar n.º 11/1996 do estado da Bahia, a punibilidade das faltas puníveis com pena de demissão prescreverá

- a) Em dois anos, inclusive se a falta também for definida como crime.
- b) Em cinco anos, salvo quando a falta também for definida como crime.
- c) Em cinco anos, inclusive se a falta também for definida como crime.
- d) Em três anos, salvo quando a falta também for definida como crime.
- e) Em quatro anos, salvo quando a falta também for definida como crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa E.



A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa E está correta, nos termos do art. 228, II e §1º, da Lei Complementar n. 11/1996, segundo o qual "Art. 228 - Dar-se-á a prescrição: II - em 4 (quatro) anos da punibilidade das faltas puníveis com as penas de demissão e cassação da disponibilidade e da aposentadoria. § 1º - A falta, também definida como crime, prescreverá juntamente com a ação penal. "

QUESTÃO 94. Acerca da recomendação feita pelo membro do Ministério Público, assinale a opção correta à luz da Resolução n.º 164/2017 do CNMP

a) A recomendação pode ser expedida pelo promotor de justiça diretamente à autoridade caso o destinatário seja secretário de estado.

b) A recomendação não pode ser oferecida após o início da ação judicial.

c) O não atendimento à recomendação permite a execução imediata de seu objeto.

d) Não é necessária a indicação de qualquer prazo para o cumprimento da recomendação.

e) Em caso de urgência, o Ministério Público pode expedir a recomendação de ofício e instaurar o procedimento respectivo posteriormente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, segundo art. 4º, §2º, da Resolução nº 164 do CNMP: "Quando dentre os destinatários da recomendação figurar autoridade para as quais a lei estabelece caber ao Procurador-Geral o encaminhamento de correspondência ou notificação, caberá a este, ou ao órgão do Ministério Público a quem esta atribuição tiver sido delegada, encaminhar a recomendação expedida pelo promotor ou procurador natural, no prazo de dez dias, não cabendo à chefia institucional a valoração do conteúdo da recomendação, ressalvada a possibilidade de, fundamentadamente, negar encaminhamento à que tiver sido expedida por órgão ministerial sem atribuição, que afrontar a lei ou o disposto nesta resolução ou, ainda, quando não for observado o tratamento protocolar devido ao destinatário."

A alternativa B está incorreta, pois é possível a expedição de recomendação após a ação judicial, nos termos do art. 5º da Resolução nº 164 do CNMP: " Não poderá ser expedida recomendação que tenha como destinatária(s) a(s) mesma(s) parte(s) e objeto o(s) mesmo(s) pedido(s) de ação judicial, ressalvadas as situações excepcionais, justificadas pelas circunstâncias de fato e de direito e pela natureza do bem tutelado, devidamente motivadas, e desde que não contrarie decisão judicial."

A alternativa C está incorreta, na forma do art. 11 da Resolução nº 164 do CNMP: " Na hipótese de desatendimento à recomendação, de falta de resposta ou de resposta considerada inconsistente, o órgão do Ministério Público adotará as medidas cabíveis à obtenção do resultado pretendido com a expedição da recomendação."

A alternativa D está incorreta, segundo art. 8º da Resolução nº 164 do CNMP: "A recomendação conterá a indicação de prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, indicando-as de forma clara e objetiva."



A alternativa E está correta, conforme art. 3º, §2º, da Resolução nº 164 do CNMP: "Em casos que reclamam urgência, o Ministério Público poderá, de ofício, expedir recomendação, procedendo, posteriormente, à instauração do respectivo procedimento"

QUESTÃO 95. No que tange ao inquérito civil, assinale a opção correta com base na Resolução n.º 23/2007 do CNMP.

a) O membro do Ministério Público não poderá, em hipótese alguma, indeferir pedido de instauração de inquérito civil.

b) O conhecimento por manifestação anônima implicará necessariamente a ausência de providências.

c) O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público

d) O defensor constituído nos autos poderá assistir o investigado durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do depoimento prestado.

e) O prazo para a conclusão do procedimento preparatório ao inquérito civil é de 90 dias improrrogáveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o teor do art. 5º da Resolução nº 23 do CNMP: "Em caso de evidência de que os fatos narrados na representação não configurem lesão aos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução ou se o fato já tiver sido objeto de investigação ou de ação civil pública ou se os fatos apresentados já se encontrarem solucionados, o membro do Ministério Público, no prazo máximo de trinta dias, indeferirá o pedido de instauração de inquérito civil, em decisão fundamentada, da qual se dará ciência pessoal ao representante e ao representado."

A alternativa B está incorreta, conforme art. 2º, §3º, da Resolução nº 23 do CNMP: "O conhecimento por manifestação anônima, justificada, não implicará ausência de providências, desde que obedecidos os mesmos requisitos para as representações em geral, constantes no artigo 2º, inciso II, desta Resolução. "

A alternativa C está incorreta, de acordo com o art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 23 do CNMP: "O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público, nem para a realização das demais medidas de sua atribuição própria."

A alternativa D está correta, visto que isso está no art. 6º, §11, da Resolução nº 23 do CNMP: "O defensor constituído nos autos poderá assistir o investigado durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do seu depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração, apresentar razões e quesitos."

A alternativa E está incorreta, na forma do art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP: "O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão'



QUESTÃO 96. Com relação ao compromisso de ajustamento de conduta, regulamentado pela Resolução n.º 179/2017 do CNMP, assinale a opção correta.

a) A celebração do compromisso de ajustamento de conduta com o Ministério Público necessariamente afasta eventual responsabilidade administrativa pelo mesmo fato.

b) Se o compromissário for pessoa física, o compromisso poderá ser firmado por procurador com poderes especiais outorgados por instrumento de mandato, público ou particular, sendo, nesse caso, necessário o reconhecimento de firma.

c) Não é cabível compromisso de ajustamento de conduta em caso de improbidade administrativa.

d) O Ministério Público não tem legitimidade para executar compromisso de ajustamento de conduta firmado por outro órgão público, caso este seja omissivo frente ao descumprimento das obrigações assumidas pelo compromissário.

e) O compromisso de ajustamento de conduta possui natureza de negócio jurídico, com eficácia de título executivo judicial a partir da celebração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme art. 1º, §3º, da Resolução nº 179 do CNMP: “A celebração do compromisso de ajustamento de conduta com o Ministério Público não afasta, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no compromisso.”

A alternativa B está correta, pois é o que consta no art. 3º, §1º, da Resolução nº 179 do CNMP: “Quando o compromissário for pessoa física, o compromisso de ajustamento de conduta poderá ser firmado por procurador com poderes especiais outorgados por instrumento de mandato, público ou particular, sendo que neste último caso com reconhecimento de firma.”

A alternativa C está incorreta, conforme o art. 1º, §2º, da Resolução nº 179 do CNMP: “É cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado.”

A alternativa D está incorreta, visto que isso está no art. 12 da Resolução nº 179 do CNMP: “O Ministério Público tem legitimidade para executar compromisso de ajustamento de conduta firmado por outro órgão público, no caso de sua omissão frente ao descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da adoção de outras providências de natureza civil ou criminal que se mostrarem pertinentes, inclusive em face da inércia do órgão público compromitente.”

A alternativa E está incorreta, pois contraria o teor do art. 1º da Resolução nº 179 do CNMP: “O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração.”

QUESTÃO 97. De acordo com a Resolução n.º 181/2017 do CNMP, é vedado ao membro do Ministério Público, quando em poder de quaisquer peças de informação,



- a) instaurar procedimento investigatório criminal.
- b) instaurar inquérito policial.
- c) encaminhar as peças para o juizado especial criminal, caso a infração seja de menor potencial ofensivo.
- d) promover a ação penal cabível.
- e) promover, de forma fundamentada, o respectivo arquivamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Dispõe o art. 2º da Resolução nº 181 do CNMP: "Em poder de quaisquer peças de informação, o membro do Ministério Público poderá: I – promover a ação penal cabível; II – instaurar procedimento investigatório criminal; III – encaminhar as peças para o Juizado Especial Criminal, caso a infração seja de menor potencial ofensivo; IV – promover fundamentadamente o respectivo arquivamento; V – requisitar a instauração de inquérito policial, indicando, sempre que possível, as diligências necessárias à elucidação dos fatos, sem prejuízo daquelas que vierem a ser realizadas por iniciativa da autoridade policial competente."

Por sua vez, a competência para instauração do inquérito policial é da autoridade policial, segundo o art. 5º, §3º, do CPP: "Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito."

Logo, o membro do MP não poderá instaurar inquérito, sendo correta a alternativa B.

QUESTÃO 98. Segundo a Lei nº 8.625/1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, a revisão do inquérito civil cabe ao

- a) corregedor-geral.
- b) procurador-geral de justiça.
- c) CSMP.
- d) Colégio de Procuradores de Justiça.
- e) juiz a quem for distribuído eventual recurso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão exige o conhecimento acerca das atribuições previstas na Lei Orgânica do Ministério Público.

De modo expreso, o art. 30 da Lei aponta: "Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento de inquérito civil, na forma da lei."

Logo, correta a alternativa C.

QUESTÃO 99. Em conformidade com a Lei Complementar n.º 11/1996 do estado da Bahia, as promotorias de justiça especializadas de âmbito regional localizadas no interior do estado

- a) serão sempre classificadas como promotorias de entrância inicial.



- b) serão sempre classificadas como promotorias de entrância especial.**
- c) terão a entrância definida de acordo com a comarca da menor cidade.**
- d) serão sempre classificadas como promotorias de entrância intermediária.**
- e) terão a entrância definida de acordo com a comarca da maior cidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Segundo a Lei complementar estadual nº 11/96, as Promotorias de Justiça serão organizadas por ato do Procurador-Geral de Justiça, mediante proposta aprovada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

Nos termos do §8º do art. 43, da LC, "no interior do Estado, as Promotorias de Justiça especializadas de âmbito regional serão classificadas como de entrância intermediária, ainda que sediadas em comarcas de entrância inicial."

QUESTÃO 100. Nos termos da Resolução n.º 174/2017 do CNMP, o arquivamento da notícia de fato será feito

- a) no próprio órgão que a apreciou, caso não haja recurso.**
- b) no CSMP, em todas as hipóteses.**
- c) no próprio órgão que a apreciou, independentemente do caso.**
- d) no Colégio de Procuradores de Justiça, em todas as hipóteses.**
- e) na Corregedoria-Geral.**

Solução completa

A alternativa correta é a **letra A**.

Segundo o art. 12 da Resolução nº 174 do CNMP, "o procedimento administrativo previsto nos incisos I, II e IV do art. 8º deverá ser arquivado no próprio órgão de execução, com comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, sem necessidade de remessa dos autos para homologação do arquivamento."

Ademais, complementa o art. 13, §4º, da Resolução: "Não havendo recurso, os autos serão arquivados no órgão que a apreciou, registrando-se no sistema respectivo."



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreiraJuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

